



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**PROJECTO DE SEGURANÇA E RESILIÊNCIA ALIMENTAR EM
MOÇAMBIQUE - FRSP**

Plano de Engajamento das Partes Interessadas- PEPI

Fevereiro, 2023

ÍNDICE	Pág.
1. Introdução.....	1
2. Descrição do projecto	2
2.1 Área geográfica do projecto	2
2.2 Componentes do projecto.....	4
3. Breve resumo das actividades prévias de engajamento das partes interessadas	5
4. Identificação e análise das partes interessadas	9
4.1. Partes abrangidas - Instituições interessadas.....	12
4.1.1. Governo local.	12
4.1.2. Organizações Não -Governamentais (ONGs).....	12
4.1.3. Instituições de Pesquisa.	12
4.1.4. Provedores de Serviços.	12
4.1.5. Associações de Produtores	13
4.1.6. Comunidades locais.	13
4.1.7. Outras partes interessadas.....	13
4.1.8. Indivíduos e grupos vulneráveis	13
4.2. Resumo das Necessidades das Partes Interessadas do Projecto	14
5. Programa de envolvimento das partes interessadas.....	17
6. Proposta do Plano de Consultas.....	19
7. Estratégia proposta para incorporar a visão dos produtores (agricultores e aquittores).....	21
8. Linha do tempo/cronograma	21
9. Exame dos comentários	23
10. Fases seguintes do projecto	24
11. Recursos e responsabilidades na implementação das actividades de envolvimento das partes interessadas	24
11.1. Recursos.....	24
11.2. Funções e responsabilidades.....	26
12. Mecanismo de Diálogo e Reclamações.....	26
13. Monitoria e preparação de relatórios.....	28
13.1.Participação das partes interessadas nas actividades de monitoria.....	28
(i) Preparação de relatórios aos grupos de partes interessadas	28

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1. Distritos abrangidos pelo projecto em cada província	3
Tabela 2. Componentes do projecto	4
Tabela 3. Categorização das partes interessadas	10

LISTA DE ANEXOS:

Anexo 1. Responsabilidade das principais partes interessadas	i
Anexo 2. Acta do Processo de Consulta Pública	vii
Anexo 3. Síntese de questões discutidas	x
Anexo 4. Lista das Instituições Contactadas	xx
Anexo 5. Correspondências dos Participantes	xxiv

ACRÓNIMOS

ADNAP	Administração Nacional das Pescas
AS	Avaliação Social
BM	Banco de Mundial
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CCSA	Conselho de Coordenação do Sector Agrário
CGC	Comité de Gestão Comunitária
CGRN	Comité de Gestão de Recursos Naturais
CLGRD	Comités Locais de Gestão de Riscos e Desastres
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DNDAC	Direcção Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Comercial
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
CV	Cadeias de Valor
DCM	Direcção de Cooperação e Mercados
DNCM	Direcção Nacional de Mudanças Climáticas
DNDAC	Direcção Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Comercial
DNDAF	Direcção Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
DNSAB	Direcção Nacional de Sanidade Agropecuária e Biossegurança
DPC	Direcção de Planificação e Cooperação
DPAP	Direção Provincial de Agricultura e Pescas
DPDTA	Direcção Provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terras
FAR, FP	Fundo do Fomento Agrário e Extensão Rural, Fundo Público
FONGIM	Fórum Provincial das ONG's de Manica
FONGZA	Fórum Provincial das ONG's da Zambézia
FOPROSA	Fórum Provincial das ONG's de Sofala
GPS	Global Positioning System
GdM	Governo de Moçambique
GRN	Gestão dos Recursos Naturais
GS	Gabinete de Salvaguardas
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
IIP	Instituto de Investigação Pesqueira
IDEPA	Instituto de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIR	Instituto Nacional de Investigação
IOF	Inquérito sobre Orçamento Familiar
MDR	Mecanismo de Diálogo e Reclamações

MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MISAU	Ministério da Saúde
MMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MPME	Micro, Pequenas e Medias Empresas
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
NAS	Normas Ambientais e Sociais
OCBs	Organizações Comunitárias de Base
ONG	Organização Não Governamental
PA	Pequeno Agricultor
PCAS	Plano de Compromisso Ambiental e Social
PEPI	Plano de engajamento das Partes Interessadas
PESPA	Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal
PGP	Plano de gestão de Pragas
PGMO	Procedimento de Gestão de Mão-de-Obra
PQG	Plano Quinquenal do Governo
ProAzul	Fundo para o Desenvolvimento da Economia Azul
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPR	Quadro da Política de Reassentamento
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SDPI	Serviços Distritais de Planificação e Infraestrutura
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
SPA	Serviço Provincial do Ambiente
SPAE	Serviço Provincial de Actividades Económicas
TVM	Televisão de Moçambique
UPC	União Provincial de Camponeses
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNAC	União Nacional dos Camponeses
VBG	Violência Baseada no Género

1. Introdução

A República de Moçambique em colaboração com o Banco Mundial está em fase de preparação do Projecto de Segurança e Resiliência Alimentar em Moçambique (FRSP) como parte integrante do Programa Regional para a Resiliência dos Sistemas Alimentares na África Oriental e Austral, recentemente aprovado pelo Banco Mundial para ajudar os países da África Oriental e Austral a aumentar a resiliência dos sistemas alimentares da região e a capacidade de enfrentar a crescente insegurança alimentar agravada pelas mudanças climáticas.

O projecto tem uma visão estratégica de melhorar a resposta à crise alimentar com maior resiliência e sustentabilidade dos recursos naturais, e oferece uma gama de apoios que vão desde a restauração da capacidade de produção agrícola, melhoria da gestão dos recursos naturais, obtenção de alimentos para os consumidores até à incorporação da resiliência na formulação de políticas a nível nacional e regional. A abordagem estratégica de resposta à crise alimentar vai incluir o fortalecimento dos sistemas de aviso prévio e planeamento da resposta rápida, além de aumentar apoios ao desenvolvimento e adopção de novas tecnologias produtivas resilientes, colocando assim todas as pessoas da região, incluindo os mais vulneráveis, no caminho para ter acesso confiável a alimentos adequados, seguros e nutritivos e meios de subsistência e ecossistemas saudáveis.

O projecto está alinhado com o quadro político e institucional e com as metas e prioridades do país, nomeadamente:

- (i) Programa Quinquenal do Governo 2020-2024, concentrando-se na adopção de uma economia mais diversificada e competitiva, intensificando os sectores produtivos com potencial para elevar a geração de renda e criação de mais oportunidades de emprego, sobretudo, para jovens através da contribuição na produção agrícola, pesca, aquacultura, gestão participativa das áreas de conservação em consonância com o uso sustentável dos recursos naturais;
- (ii) Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2030 (PEDSA II) que projecta uma economia resiliente aos choques climáticos, variação dos preços de alimentos e controlo das pragas e doenças;
- (iii) Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN III) cujo enfoque pretende reforçar as sinergias e interações entre a segurança alimentar e a segurança nutricional, para garantir que todas as pessoas tenham alimentação adequada de forma permanente e sustentável.

O projecto responde igualmente aos objectivos do Grupo do Banco Mundial de apoiar a África Austral a reduzir o impacto das alterações climáticas nos sistemas agrícolas e na insegurança alimentar através da construção de uma capacidade resiliente de produção de alimentos, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais, aprimorando a comercialização de alimentos, fomentando políticas públicas focadas

na resiliência e melhorando a coordenação regional. Os esforços de apoio à Moçambique abordam alguns dos principais factores de fragilidade nas comunidades rurais e promovem soluções inteligentes para o clima, ambiental e socialmente aceitáveis em todas as actividades e sectores de intervenção na infraestrutura da agricultura, pesca e silvicultura para construir resiliência aos choques.

O Instituto Nacional de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) será responsável pela implementação do projecto devendo operar todas as questões fiduciárias em conformidade com as normas e requisitos contidos no acordo legal a celebrar com o Grupo Banco Mundial, incluindo a supervisão e coordenação técnica, planificação geral do projecto, comunicação, salvaguardas, aquisições e relatórios sobre o seu progresso, numa base regular. O IIAM vai estabelecer uma unidade de implementação do projecto (PIU), com estrutura para assumir a liderança das actividades fiduciárias deste projecto, devendo os outros sectores do MADER (DNSAB, DNDAF, DNDAC, SETSAN, INIR e FAR, FP) incluindo o Instituto Nacional de Acção Social (INAS) do Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) assegurarem a implementação das intervenções técnicas da sua alçada. O ProAzul tem uma PIU dedicada à gestão de outros projectos do Banco e irá funcionar também como entidade fiduciária para a janela de subvenções do sector pesqueiro para este projecto.

2. Descrição do projecto

2.1 Área geográfica do projecto

A implementação do projecto será focalizada em zonas com diferentes condições ecológicas incluindo zonas semiáridas propensas à degradação de solos, mas com grande potencial de melhorar a produtividade agrícola, nomeadamente nas províncias Niassa e Nampula (na região norte do país), Zambézia, Tete, Manica, Sofala (na região centro do país) e Inhambane, Gaza e Maputo (na região sul do país). Nestas províncias o projecto irá integrar as famílias rurais na agricultura sustentável e nas cadeias de valor baseadas na agricultura e aquacultura. Os beneficiários directos do projecto são 17500 pequenos produtores individuais ou organizados em associações de produtores agrícolas e aquícolas. Ao nível do sector público, serão beneficiados 580 profissionais dos quais, 733 são extensionistas, 240 investigadores e 25 inspectores de sementes e fitossanitários.

Tabela 1. Distritos abrangidos pelo projecto em cada província

Província	Distritos abrangidos
NIASSA	Chimbonila
NAMPULA	Memba, Nacala, Nacala-a-velha, Rapale, Meconta, Mogincual, Mongovolas, Angoche, Larde
ZAMBÉZIA	Mangaja da costa, Nicoadala, Morrumbala
TETE	Mutarara
MANICA	Vanduzi, Machaze
SOFALA	Chemba, Chibabava
INHAMBANE	Govuro, Inhassoro, Mabote, Vilankulo, Funhalouro, Massinga, Morrumbene
GAZA	Massangena, Chigubo, Mapai, Chicualacuala, Mabalane, Massingir, Guija, Chibuto
MAPUTO	Moamba, Matutuine, Magude, Namaacha, Boane

2.2 Componentes do projecto

O projecto tem 6 componentes conforme resumido abaixo na tabela 2.

Tabela 2. Componentes do projecto

Componente	Subcomponente chave
Componente 1. Desenvolvimento da Capacidade Produtiva Agrícola Resiliente	Em alinhamento com o Pilar 2 do MPA, esta componente visa apoiar o desenvolvimento de um sector agrícola mais resiliente e produtivo, com enfoque na disponibilidade de bens e serviços agrícolas públicos de alta qualidade, incluindo pesquisa, serviços de extensão e agricultura digital e sistemas de informação, como reforço do investimento em bens e serviços públicos agrícolas essenciais no País. A componente tem cinco subcomponentes: C1. Sistemas de Informação e Pesquisa Agrícola Inteligentes e Sensíveis à Nutrição; C2. Serviços de Extensão Rural C3. Sistemas de Segurança e Rastreabilidade Alimentar C4. Construção de Blocos de Agricultura Digital C5. Pesquisa, Extensão e Sistemas de Informação em Aquicultura
Componente 2. Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Recursos Naturais para Paisagens Agrícolas Resilientes	Esta componente está alinhada com o Pilar 3 do MPA e visa melhorar a gestão da água e dos recursos naturais de forma a construir e proteger a produtividade e a resiliência agrícolas de longo prazo. O INIR vai fazê-lo investindo na eficiência do uso da água e nas infraestruturas de rega dos terrenos agrícolas e no reforço da capacidade institucional e dos produtores para a gestão da água. Esta componente conta apenas com uma subcomponente: C1. Nivelamento de Precisão de Terras de Arroz.
Componente 3. Acesso ao Mercados	Esta componente é consistente com o Pilar 4 do MPA e visa aumentar o potencial comercial de produtos básicos de segurança alimentar dos pequenos produtores através do desenvolvendo da capacidade acção coletiva, bem como e de oportunidades de acesso à informação, conhecimento e mercado (mercados de insumos e produtos) - aumentando seus incentivos para comercializar, facilitando sua integração horizontal e vertical e eficiências da cadeia de valor. Através desta componente, serão facilitados acordos de agricultura por contrato e esquemas de aquisição pública de alimentos, enquanto se investe nas condições para o sucesso desses esquemas. A componente subdivide-se em quatro subcomponentes: C1. E-Vouchers para insumos comerciais de alta qualidade C2. Alianças Produtivas para Produtores Agrícolas C3. Alianças Produtivas para Aquicultores C4. Programa de Compras Públicas de Inclusão Económica.
Componente 4 - Formulação de políticas nacionais e regionais de	Consistente com o Pilar 5 do MPA, esta componente visa integrar a resiliência nas políticas e instituições relacionadas com a alimentação, através do fortalecimento institucional e promoção de políticas transversais com as principais instituições do sistema alimentar do país.

promoção da resiliência dos sistemas alimentares	A componente subdivide-se em duas subcomponentes: C1. Fortalecimento institucional para maior resiliência do sistema alimentar C2. Reformas políticas, marcos legais e regulatórios para maior resiliência do sistema alimentar
Componente 5. Resposta de Emergência e Contingência (CERC)	Este componente financiará despesas elegíveis em caso de emergência causada por um desastre. A activação do CERC, a pedido do governo, permitirá um rápido desembolso de recursos para reduzir os danos às infraestruturas produtivas, garantir a continuidade dos negócios e acelerar a recuperação. Um manual de operação do mecanismo de resposta imediata (IRM-OM) será desenvolvido pelo governo estipulando os requisitos fiduciários, salvaguardas, monitoria e relatórios relacionados com o CERC, bem como outros arranjos de coordenação e implementação. No caso de activação do CERC, os fundos de outras componentes do projecto poderão ser realocados para financiar as actividades de resposta imediata, conforme a necessidade.
Componente 6. Coordenação e Gestão do Projecto	Alinhada com o Pilar 5 do MPA, esta componente do Moçambique irá lidar com a gestão do conhecimento e gestão do projecto, incluindo comunicações do projecto, coordenação de actividades e monitoria e avaliação do projecto. Em relação à gestão do conhecimento e comunicações, prevê-se que as actividades ocorram nos níveis nacional, regional e financiar-se-á todas as outras actividades relacionadas com o início, coordenação e em conformidade com os requisitos fiduciários de aquisição, ambientais e sociais do projecto, incluindo compromissos corporativos (como actividades de engajamento dos cidadãos) e custos com pessoal. Em relação à monitoria e avaliação (M&A), estabelecer-se-á um registo dos beneficiários e os dados colectados serão o relatados conforme exigido pela estrutura de resultados do projecto.

3. Breve resumo das actividades prévias de engajamento das partes interessadas

O FRSP está em preparação e espera-se que seja aprovado pelo Banco Mundial em Março de 2023. Espera-se que o projecto seja implementado durante um período de 4 anos (2024-2028). A proposta do Plano de Compromisso Social e Ambiental (ESCP, sigla Inglesa) e este Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP, sigla Inglesa) foram desenvolvidos desde a fase inicial do projecto e antes da avaliação do mesmo, para estabelecer um resumo das medidas e acções materiais. Procurou-se assegurar que as opiniões, preocupações e interesses de todas as partes interessadas, incluindo as comunidades locais (através das respectivas associações), fossem levadas em consideração durante a implementação do Projecto.

A primeira ronda de consulta com as partes interessadas visava cobrir a fase inicial de preparação do projecto e teve como objectivo principal recolher informações das partes interessadas, incluindo preocupações e sugestões sobre vários aspectos do Projecto, assegurando que os mesmos contribuam para o desenho do projecto. Pelo facto da maioria das instituições em período de fecho das actividades e apresentado

indisponibilidade para encontros presenciais, a primeira consulta foi realizada através do envio uma comunicação oficial e troca de emails e telefonemas com as seguintes entidades:

- (i) Governos Provinciais visando instituições públicas de nível provincial que respondem e agregam todos os serviços públicos associados às cadeias de valor agrárias (CVs) e sistemas alimentares (SAs)
- (ii) Organizações Não Governamentais (ONGs) que intervém no sector agrário
- (iii) Sociedade Civil através das respectivas agremiações
- (iv) Sector Privado maioritariamente associado ao Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) incluindo provedores de serviços (maquinaria, sementes e insumos)
- (v) Parceiros de Cooperação agregados na AgriRed.

A comunicação foi acompanhada de uma nota conceptual sobre o quadro do FRSP e de questões de reflexão que foram previamente explicadas detalhadamente por telefone e mantendo-se a interação virtual com os participantes para o esclarecimento de dúvidas e para as respostas às questões levantadas. As respostas recebidas foram armazenadas numa pasta de base de dados. Em relação às questões pendentes que necessitaram de mais detalhes de informação, manteve-se a interação mais personalizada, por correio electrónico registando automaticamente as questões colocadas e esclarecimentos enviados.

Ao longo de todo o processo de envio e recepção dos comentários, na tentativa de recolher o máximo de informação possível, tornou-se necessária a maior rigidez possível, tendo-se enviado o ofício e a nota conceptual por três vezes.

O primeiro envio foi feito a 19 de Janeiro, o segundo a 24 de Janeiro e o terceiro a 31 de Janeiro de 2023. Uma vez que as consultas foram com base em emails, consideramos como autor a pessoa que deu a resposta. Das respostas aos questionários, 21 foram obtidas de ONGs representadas por membros do sexo feminino e 35 do sexo masculino. Ao nível sector público, 9 instituições foram representadas por mulheres e 10 por homens. Totalizando, foram consultadas 75 pessoas, das quais 30 mulheres (40%) e 45 homens (60%). A maior interação registou-se ao nível sector público, contudo, apesar de todas as províncias terem respondido a taxa de retorno dos questionários rondou em média 80%, pois a maior interação registou-se ao nível das províncias, poucas respostas apresentaram subsídios do nível distrital.

De forma resumida, a participação das partes interessadas pelo projecto foi a seguinte:

- (i) **Ao nível do sector público.** Os sumários recebidos como feedback foram enviados através de duas instituições principais que lideram as cadeias de valor agrárias e sistemas alimentares, designadamente: Direcção Provincial

de Agricultura e Pescas (DPAP) e Serviço Provincial de Actividades Económicas (SPAPE), respectivamente. Os sumários enviados representam o posicionamento dos serviços públicos dos diversos sectores dos níveis provincial e distrital de cada província, ligados às cadeias de valor CVs) e sistemas alimentares (SAs). Apesar de o número de participantes de nível provincial não ser uniforme (entre 10 a 18 participantes/contribuintes), de uma província para outra, constata-se ter havido uma participação agregada de 140 actores, das quais cerca de 40% mulheres e 60% jovens.

- (ii) **Ao nível das ONGs e Sociedade Civil e Parceiros de Cooperação.** Apesar de não ser possível estimar com exactidão e de forma individual o horizonte de participantes neste processo, de ponto de vista institucional participaram 43 ONGs a nível de todo o país, 5 (cinco) fóruns provinciais de ONGs, das províncias de Sofala (FOPROSA), Manica (FONGIM), Zambézia (FONGZA), Gaza e Cabo Delgado. Por parte da sociedade civil foram consultados a União Nacional dos Camponeses (UNAC) e o fórum Terra, totalizando 50 instituições. A lista destas instituições consta em anexo.
- (iii) **Ao nível do Sector Privado.** A interação com o sector privado foi realizada a partir da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA). O pelouro da Agricultura compilou os comentários dos associados e remeteu a equipa por email. Parte considerável dos comentários e questionamentos foram feitos por provedores de serviços e de insumos.

O anexo 5 apresenta a lista dos participantes nas interações havidas. Nestas interações foram apresentadas as seguintes preocupações e e sugestões das partes interessadas:

- A modernização dos laboratórios prevista na componente 1, deve priorizar a análise de resíduos químicos de alimentos, que neste momento achamos que
- seja uma necessidade a nível nacional visando proteger a saúde publica.
- Será que haverá reassentamento neste projecto? Pois em algum momento diz-se que casos em que o projecto prevê algum reassentamento não será elegível?
- Controlo fitossanitário. Sugere-se a priorização do investimento nos pontos de inspecção fitossanitária (PIFs) nos pontos de entrada (zonas fronteiriças) por serem os mais críticos
- Para uma maior abrangência dos resultados, impacto e cobertura geográfica, sugere-se que a implementação da subcomponente 1.2 contemple ligações com o sector privado, ONGs, OCBs e os participantes das cadeias de valor. Isso irá tornar mais relevante o serviço de extensão;
- Na Subcomponente 2.1 - sugere-se incluir áreas que propiciam o aumento da resiliência climática, dos mercados, acções antecipadas para a redução do risco de desastres e dos seus impactos e ainda o seguro para a agricultura em cadeias de valor seleccionadas. Também poderia incluir-se o estabelecimento de bancos comunitários de sementes que se têm provado eficientes no aumento da resiliência a nível local

- Acesso ao mercado. O que se pretende com esta componente 3? A descrição das intervenções apresentada parece estar muito vaga e sugere-se que sejam um pouco mais detalhadas para melhor entendimento do seu conteúdo. Por outro lado, há mercados rurais construídos no âmbito de PRODEL¹ que precisam de ser operacionalizados. Qual é o posicionamento do Projecto em relação a estes mercados?
- Implementação do Projecto. Para maior eficácia do processo de implementação do projecto, sugere-se que as Unidades de Implementação sejam instaladas em todas as províncias abrangidas.
- Actividades de Pesquisa. Considerando os níveis de destruição crónica que vem ocorrendo nos últimos tempos, as actividades dos serviços de pesquisa agrária deviam ser estendidas a todos os Centros Zonais e Estações Agrárias (subunidades dos Centros Zonais), bem como o desenvolvimento de aquacultura no país.
- Fontes de informação usadas. Sugere-se uma revisão para os indicadores, principalmente no que concerne à segurança alimentar. Por exemplo, o IOF 2020 tem dados diferentes e mais actualizados dos que estão a ser apresentados no documento. Sugere-se assim, que o projecto considere um sistema de consultas contínuas dos seus beneficiários através de dois mecanismos, tais como (i) avaliação periódica do nível de satisfação; e (ii) manter-se dialogo informal e regular com os beneficiários para medir o nível de satisfação;
- Para maior envolvimento dos pequenos produtores, o projecto deve promover o cooperativismo, como forma de organizar e capacitar os grupos de produtores para saberem melhor negociar nos processos de comercialização. Isto já provou ser o melhor caminho.
- Alguns participantes no processo de consulta argumentaram que, se quisermos construir uma capacidade para lidar com a incerteza no futuro, por causa das mudanças climáticas, precisamos de uma maior colaboração entre as disciplinas científicas e as partes interessadas em todo o sistema alimentar, incluindo agricultores e outros produtores de alimentos bem como todas as partes interessadas relevantes no desenvolvimento de sistemas alimentares resilientes e sustentáveis.

Nos anexos 2, 3 e 4 estão apresentados respectivamente, a (i) Acta do Processo de Consulta Pública, (ii) Síntese de Questões Discutidas na Consulta Pública com a indicação da Ronda, Província, Nº de participantes, Total, H/M e (iii) Correspondências dos Participantes.

A segunda ronda de consulta das partes interessadas será realizada até ao final do mês de Março de 2023, com a presença dos consultores responsáveis pela elaboração dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais e representantes governo, através do MADER, MIMAIP, MGCAS e MTA e da sociedade civil. Nestas consultas será feita a

¹ ProDEL - Programa de Desenvolvimento Económico Local, implementado pelo governo, de 2012 a 2020 nas províncias de Gaza, Inhambane e Sofala, com apoio da União Europeia e Reino da Suécia com o objectivo de apoiar o desenvolvimento económico local com base nas micro, pequenas e médias empresas rurais.

apresentação do projecto e a proposta do Plano de Engajamento das Partes Interessadas para recolher contributos para a versão final destes instrumentos. Estas consultas são fundamentais para recolher informações e receber retorno dos beneficiários sobre a primeira fase de implementação, assegurando melhores ajustes para as outras fases do projecto. Nesta fase, serão apresentados os relatórios preliminares dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais preparados para o FRSP, designadamente:

- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) que inclui:
 - Procedimentos de Gestão de Mão-de-Obra (PGMO);
 - Avaliação de Risco e Perigo e Plano de Resposta a Emergência
 - Plano de Gestão de Pragas (PGP);
 - Avaliação Social (AS);
 - Plano de Prevenção e Resposta Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual (EAS/AS)
- Quadro de Política de Reassentamento (QPR);

Contudo, como é sabido, as consultas às partes interessadas é um processo contínuo pelo que decorrerá continuamente ao longo do ciclo do projecto e incluirá a recolha de casos de sucesso e partilha de lições aprendidas.

4. Identificação e análise das partes interessadas

O principal grupo alvo do projecto são pequenos agricultores e pescadores envolvidos na aquacultura. O projecto vai beneficiar igualmente o sector público através do investimento na melhoria dos serviços de pesquisa agrícola e piscícola do país, extensão rural através da capacitação da rede de extensionistas e agentes de desenvolvimento rural, e entidades públicas que zelam pelo cumprimento das normas de sanidade dos alimentos e biossegurança. O sector privado através da sua participação na provisão de insumos e comercialização dos produtos agrários. A tabela 3 abaixo identifica as partes interessadas e o seu nível de participação e influência no projecto. Esta tabela será actualizada durante a implementação do projecto para garantir que nenhuma parte interessada seja excluída.

De acordo com a tabela 3, o PEPI divide as partes interessadas em três categorias a saber: (1) Partes interessadas que podem ser afectadas directa e indirectamente pelo projecto; (2) Partes interessadas que podem participar da implementação do projeto e (3) Partes interessadas com influência na implementação do projeto. E termina com a apresentação do resumo das necessidades das partes interessadas do projecto. As responsabilidades de cada parte interessada estão detalhadamente descritas na tabela em Anexo 1.

Tabela 3. Categorização das partes interessadas

Partes interessadas que podem ser afectadas directa e indirectamente pelo projecto	Partes interessadas que podem participar na implementação do projecto	Partes interessadas com influência na implementação do projecto.
<p>Comunidades locais (indivíduos, famílias, produtores, Conselho Comunitário de Pesca-CCP, associações pesqueiras e agrícolas; Provedores de serviços (maquinaria, sementes, insumos); Ministérios envolvidos (MADER, MCTES, MGCAS, MIMAIP, MTA, MIC, MISAU, MIREME); Governos provinciais; Governos distritais Escolas Agrárias; Organizações não governamentais e União Provincial dos camponeses-UPC)</p>	<p>Unidade de implementação do projecto a nível central baseada no IIAM. As restantes unidades orgânicas e instituições subordinadas dos seguintes sectores, terão responsabilidade técnica específica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MADER - DNDP, DNPAC, DNDAF, DNSAB, IIAM, SETSAN, FAR, INIR, DNDAF, DPP, GS, • MIMAIP - IDEPA, ADNAP, SPAE, INIP e PROAZUL, • MGCAS (INAS e DPC) • MTA (DMC) <p>Governos provinciais (DPAP, SPAE, Instituto de Investigação Pesqueira), Delegações Provinciais do Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural Organizações Não Governamentais (ONGs) que intervêm no sector agrícola, Centros Zonais do IIAM e Laboratórios de</p>	<p>Governo central (MADER, MIMAIP, MTA e MCTES); Agências de Cooperação (BM e AgriRed); Governo provincial (SPAЕ, DPAP e DPDTA); Governo Distrital (SDAE, SDPI); Governos locais (Posto Administrativo e de Localidade); Instituições de Pesquisas e Escolas Técnicas Agrárias Associações de produtores (agrícolas e aquícolas); ONGs Locais do sector agrícola Comunicação social (media, rádios comunitárias); Sociedade civil (plataformas).</p>

	<p>análise e pesquisa regionais;</p> <p>Governos Distritais (SDAE e SDPI);</p> <p>Academia (UEM, IIAM, UniLúrio, UniZambeze, Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras de Quelimane);</p> <p>Sector privado incluindo provedores de serviços (CTA).</p> <p>Comunidades através da associação de produtores, conselhos comunitários de pescas (CCP), comités locais de gestão de riscos e desastres (CLGRD).</p>	
--	--	--

4.1. Partes abrangidas - Instituições interessadas

As partes interessadas institucionais do projecto são principalmente as seguintes: DNPAC, DNDAF, DNSAB, IIAM, SETSAN, FAR, INIR, DNDAF, DPP e GS (MADER), IDEPA, ADNAP, SPAE, IIP e PROAZUL (MIMAIP), INAS e DPC (MGCAS), MTA (DNMC) e suas instituições de nível central, provincial e distrital, Instituições de Pesquisa, Ensino e Extensão e Provedores de Serviços (sector privado e ONGs) e comunidades locais.

4.1.1. Governo local.

Os governos provinciais (SPAE, DPAP e DPDTA) e governos distritais (SDAE e SDPI) são importantes e interessados no projecto e deverão desempenhar um papel crucial na implementação através das acções de treinamento e identificação dos beneficiários

4.1.2. Organizações Não -Governamentais (ONGs).

A participação das ONGs locais, das zonas identificadas como prioritárias será importante para a implementação do plano de engajamento das partes interessadas ao longo do ciclo da vida do projecto. Estes podem incluir as organizações que trabalham directamente nos sectores de produção agrícola e pesqueira, nutrição, conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, gestão de riscos e desastres e poderão ser contratados para a prestação dos múltiplos serviços associados ao projecto por estarem inseridos no sistema de conhecimento agrícola, especialmente na articulação com as organizações de pequenos produtores.

4.1.3. Instituições de Pesquisa.

O Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) é a principal instituição de Investigação e Desenvolvimento (I&D) agrário do país representando dois terços do investimento agrário e capacidade em recursos humanos a nível nacional e vai liderar este processo na pesquisa agrícola inteligentes para o clima e sensíveis à nutrição. O Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (INIP) vai liderar as pesquisas e melhores práticas na aquacultura. Para o melhor desempenho do projecto torna-se imprescindível a colaboração com outras entidades de investigação, particularmente com as instituições de ensino tais como a Universidade Eduardo Mondlane, UniLurio, UniZambeze e Institutos Agrários porque também geram, adaptam e transferem conhecimentos e tecnologias através de formação de estudantes e outros profissionais nas áreas agrárias.

4.1.4. Provedores de Serviços.

Os provedores de serviços contribuem para a segurança alimentar por meio da melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Estes podem incluir as organizações que trabalham directamente nos sectores de produção agrícola e pesqueira, provedores de serviços (maquinaria, sementes e insumos) bem como outros sectores relacionados.

4.1.5. Associações de Produtores

A participação das organizações de produtores agrícolas e de pesca nas discussões e tomada de decisão sobre a implementação do projecto ao longo do seu ciclo de vida é igualmente imprescindível porque os seus membros são os principais beneficiários ao nível da base. Destacam-se as associações agrícolas, Comitês de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN), Comitês Locais de Gestão de Riscos e Desastres (CLGRD), Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs), conforme ilustra a tabela 4 abaixo.

4.1.6. Comunidades locais.

As comunidades locais serão afectadas directamente pelo projecto através da implementação de sistemas de inovação de pacotes tecnológicos resilientes que valorizam o conhecimento local. Por isso, será importante a dinamização da comunidade para participar efectivamente na tomada de decisão sobre a adopção das novas tecnologias desenvolvidas, usando abordagens de capacitação dos produtores, produtor de contacto ou líder, bem como na educação nutricional para a mudança de comportamento e hábitos alimentares.

Outro grupo da comunidade importante na implementação do projecto serão os grupos de jovens e mulheres rurais nas cadeias de valor baseadas na agricultura, aquacultura e conservação dos recursos naturais. O projecto considera que **70%** dos beneficiários serão jovens (homens e mulheres) com idades entre 18 e 40 anos.

4.1.7. Outras partes interessadas

Há um amplo de instituições que podem estar interessadas no projecto por causa da sua transversalidade e necessidade de outros serviços dos sectores complementares ao projecto. Outras partes, que podem ter interesse nas actividades do projecto incluem os sectores de (i) obras públicas que poderão ser envolvidos para a reposição de algumas vias de acesso para o escoamento da produção, (ii) o sector de energia para viabilizar o funcionamento dos esquemas de irrigação, (iii) o sector do comercio para intervir na comercialização, entre outros como prestadores de serviços, academia e instituições de investigação agrária e outras, segundo ilustra a tabela 4 abaixo.

4.1.8. Indivíduos e grupos vulneráveis

Os grupos vulneráveis são um segmento da população que apresenta algumas características específicas que a colocam em maior risco de cair na pobreza, ou que é susceptível de ser exposto a danos físicos ou morais devido a sua fragilidade, comparativamente aos outros que vivem na zona alvo do projecto. O projecto prevê atender grupos vulneráveis do Programa da Acção Social Produtiva (PASP) implementado pelo INAS devendo desenvolver-se um conjunto de acções enquadradas num processo de preparação social para a graduação para iniciativas de geração de rendimentos. Algumas pessoas, como por exemplo as que tem baixo níveis de alfabetização, não conseguem se comunicar facilmente em língua oficial (português) e, será necessário consultá-las em línguas locais e o PEPI deverá ter em conta essas limitações, de modo assegurar que todas as partes

interessadas, particularmente as pessoas afectadas pelo projecto sejam inclusas. Os líderes comunitários e os governos distritais serão cruciais para o engajamento deste grupo. No âmbito deste projecto, são considerados Grupos Vulneráveis grupos serão privilegiados os que se encontram em zonas geográficas:

- Que apresentam índices de pobreza mais elevadas;
- Que apresentem maiores níveis de insegurança alimentar;
- Consideradas como as mais propensas a calamidades derivadas das mudanças climáticas e outros factores ambientais, com destaque para as zonas áridas e semiáridas.

O Projecto terá em conta as necessidades específicas destes agregados por forma a que as actividades previstas não promovam a sua exclusão.

4.2. Resumo das Necessidades das Partes Interessadas do Projecto

As necessidades das partes interessadas variam de acordo a sua ocupação e localização geográfica, que inclui, mas não se limitam às barreiras linguísticas e nível de escolaridade, segundo ilustra a Tabela 4 abaixo. Contudo, durante as consultas serão discutidas e actualizadas as necessidades de cada grupo.

Tabela 4 - Matriz das necessidades das partes interessadas do projecto

Nível/Grupo	Partes interessadas	Principais características	Idioma necessário	Meios de notificação preferidos (email, rádio, telefone, carta)	Abordagem apropriada de engajamento
Central	MADER (DNDP, DNPAC, DNDAF, DNSAB, IIAM, SETSAN, FAR, INIR, DNDAF, DPP e GS) MIMAIP (IDEPA, ADNAP, SPAE, INIP e PROAZUL) MGCAS (INAS e DPC) MTA (DNMC) e MISAU (DPC) e Entidades Reguladoras Especificas	Coordenação e implementação Formados	Português	Reuniões de coordenação, Emails, telefone, cartas	Discussões em grupos focais de trabalho e capacitação
Provincial	DPAP, SPA, SPAE, DPOT, Centros Zonais do IIAM, Laboratórios Provinciais, Institutos Agrários e Instituições de Ensino Superior, Postos de Inspeção Fitossanitária	Potenciais influenciadores implementadores Formados	Português	Reuniões de coordenação, Emails, telefone, cartas	Reuniões de trabalho, consulta pública, discussões em grupos focais de trabalho.
	Provedores de Serviços (maquinaria, insumos, comercialização agrícola, transportes)	Potenciais influenciadores implementadores Formados			
Distrital	Administração dos distrito	Potenciais influenciadores e implementadores Formados	Português	Reuniões de coordenação, Emails, telefone, cartas	Reuniões de trabalho, consulta pública, discussões em grupos focais de trabalho
	SDAE, SDPI, SDEJT e Centros Zonais do IIAM, Laboratórios locais, Postos de Fiscalização Fitossanitária, Institutos Agrários	Potenciais influenciadores e implementadores Formados		Reuniões de coordenação, Emails, telefone, cartas	Reuniões de trabalho, consulta pública, discussões em grupos focais de trabalho

	Provedores de Serviços	Potenciais influenciadores e implementadores Formados		Cartas, material de informação, Emails, telefone	Consulta pública e reuniões
	ONGs do sector agrário e desenvolvimento rural	Potenciais influenciadores e implementadores Formados		Cartas, material de informação, Emails, telefone	Consulta pública e reuniões
Comunidade	Membros da comunidade em geral	Potenciais influenciadores e beneficiários Alfabetizados e não alfabetizados	Português e Língua local	Reuniões comunitárias grupos específicos, rádio comunitária	Consulta pública
	Pequenos agricultores, aquacultores, associações de produtores (Regantes, CCP e outros)	Potenciais influenciadores e beneficiários Alfabetizados e não alfabetizados		Reuniões comunitárias grupos específicos, rádio comunitária	Consulta pública Capacitação
	Pequenos produtores do Programa de Ação Social Produtiva (PASP)	Potenciais influenciadores e beneficiários Alfabetizados e não alfabetizados		Reuniões comunitárias grupos específicos, rádio comunitária	Consulta pública Formação
	Outros Grupos de Interesse (CGRN, CLGRD)	Potenciais influenciadores e beneficiários Alfabetizados e não alfabetizados		Reuniões comunitárias grupos específicos, rádio comunitária	Consulta pública Formação
Media incluindo Rádios comunitárias	Potenciais influenciadores do Projecto	Influenciadores Formados	Português e Língua local	Reuniões de coordenação, material de informação, Emails, telefone, cartas	Consulta pública e reuniões

5. Programa de envolvimento das partes interessadas

Para o processo de engajamento das partes interessadas, o projecto deverá desenvolver materiais específicos para divulgação tendo em conta as necessidades específicas de cada grupo, especialmente das comunidades. A tabela 5 abaixo ilustra as técnicas a serem usadas na divulgação da informação.

Tabela 5. Técnicas de divulgação de informação

Técnica de engajamento	Método aplicado apropriado
Correspondência (telefone, Email, ofícios/cartas)	Distribuir informações para funcionários públicos incluindo governo central e local, entidades reguladoras, instituições de pesquisa e de ensino, provedores de serviço, ONGs do sector agrário e desenvolvimento rural e media; Convidar as partes interessadas para reuniões e acompanhamento do projecto Divulgar os resultados e leis.
Reuniões individuais	Recolher pontos de vista e opiniões; Fornecer informações sobre como ter acesso aos benefícios do projecto, como dar sugestões e apresentar reclamações sobre implementação do projeto; Dar voz às partes interessadas para falarem livremente sobre questões delicadas, incluindo, violência baseada no género. Construir relacionamentos com as pessoas; Registar as reuniões.
Reuniões formais	Apresentar as informações do Projecto a um grupo de partes interessadas; Permitir que o grupo comente e dê seus pontos de vista; Construir uma relação imparcial com partes interessadas, em particular com a equipa técnica; Divulgar informações técnicas do projecto; Fornecer informações sobre como ter acesso aos benefícios, como dar sugestões e apresentar dúvidas e reclamações sobre implementação do projeto; Registar as discussões.

<p>Reuniões públicas</p>	<p>Apresentar informações do projecto para maior número e grupo de partes interessadas, especialmente comunidades;</p> <p>Permitir que o grupo forneça seus pontos de vista e opiniões;</p> <p>Construir relacionamento com as comunidades, especialmente as afectadas pelo projecto;</p> <p>Partilhar informações;</p> <p>Fornecer informações sobre como ter acesso aos benefícios do projecto, como dar sugestões e apresentar dúvidas e reclamações sobre implementação do projecto;</p> <p>Facilitar reuniões com apresentações, (PowerPoint, pósteres, etc.); Registrar discussões, comentários e perguntas.</p>
<p>Reuniões com grupos focais</p>	<p>Apresentar informações do projecto a um grupo de partes interessadas;</p> <p>Permitir que as partes interessadas forneçam seus pontos de vista sobre as informações de referência específicas;</p> <p>Construir relacionamentos com comunidades;</p> <p>Fornecer informações sobre como ter acesso aos benefícios do projecto, como dar sugestões e apresentar reclamações sobre implementação do projecto;</p> <p>Registrar as perguntas, respostas feitas por cada grupo.</p>
<p>Manifestações culturais (teatro, dança, cânticos)</p>	<p>Sensibilizar e partilhar programas de educação e consciencialização das partes interessadas, particularmente as comunidades locais sobre as actividades do projecto.</p>
<p>Website do projecto</p>	<p>Divulgar os instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais, QGAS incluindo, PGM, PGP, QPR, VBG, PCAS, o presente PEPI e outra documentação relevante do projecto;</p> <p>Fornecer informações sobre como ter acesso aos benefícios do projeto, como dar sugestões e apresentar reclamações sobre implementação do projecto;</p>

<p>Comunicação interpessoal com partes afectadas pelo projecto (beneficiários, PACEs, PAs, MPMEs, aquacultores, agricultores, etc.) principalmente os afectados pelas actividades das componentes 2 e 3 do projecto.</p>	<p>Partilhar informações sobre o cronograma das actividades, incluindo obras, fornecimento de insumos, assistência técnica, etc.;</p> <p>Acordar modalidades para discutir os impactos sobre a terra, e ou outras restrições causadas pelo projecto e acordar medidas de mitigação;</p> <p>Registar as discussões e acordos.</p>
<p>Brochura e folhetos do projecto</p>	<p>Dar informações resumidas do projeto e actualizadas regularmente;</p> <p>Fornecer informações sobre como ter acesso aos benefícios, como dar sugestões e apresentar dúvidas e reclamações sobre implementação do projecto.</p>
<p>Media</p>	<p>Divulgar informação sobre o projecto, incluindo as formas de acesso aos benefícios através da Televisão Nacional, Rádio Nacional, Rádios Comunitárias, Jornais nacionais e locais bem como outros meios de comunicação social, dando retorno, partilhando depoimentos, histórias de sucesso, lições aprendidas, entre outros.</p>

6. Proposta do Plano de Consultas

Os instrumentos de salvaguardas são desenvolvidos paralelamente com o desenho do projecto sendo assim, a informação sobre a abordagem, actividades, área geográfica e arranjos de implementação poderão ser actualizados e os instrumentos de salvaguardas deverão ser ajustados com as alterações que ocorrerem ao longo do processo. Para o melhor engajamento das partes interessadas no Projecto, deve ser elaborado um Plano de Consultas que indica como será feito o envolvimento dos actores em cada estágio do projecto, isto é, fase de desenho, de implementação e pós-implementação, com a indicação da informação a ser divulgada, métodos de consulta, cronograma de actividades, grupo alvo e responsabilidade.

A Tabela 6, apresenta a proposta do Plano de Consultas do Projecto FSRP que deverá ocorrer em todas as fases do Projecto.

Tabela 6. Proposta do Plano de Consultas

Estágio do projecto	Informação a ser divulgada	Métodos propostos	Cronograma	Grupo alvo	Responsabilidade
Desenho do Projecto	Informação disponível sobre o projecto, PEPI e PCAS	Reuniões de consultas públicas das partes interessadas	19 Janeiro a 02 de Janeiro de 2023 Plataforma online	Instituições do governo, autoridades locais, ONGs, parceiros de implementação Doadores, sector privado, academia e instituições de investigação, membros da comunidade.	MADER (IIAM, GS)
	QGAS- incluindo PGMO, PGP, VBG, QP AS/género e MDR, QPR	Reunião de consulta pública, reunião dos grupos focais, entrevistas individuais, e-mail, website, comunicação social,	Mês de Março 2023- As reuniões serão realizadas em locais a serem identificados nas regiões norte, centro e sul.	Público em geral, autoridades locais, representantes das instituições públicas e privadas, instituições de pesquisa, escolas agrarias, ONGs do sector agrícola, parceiros de implementação, doadores, representantes das associações de produtores, provedores de serviços.	Equipa de salvaguardas ambiental e Social do MADER e MIMAIP
Implementação do projecto	Actividades de cada componente, as oportunidades de participação, estudos, licenças, transparência e responsabilidade das partes interessadas	Reuniões comunitárias e com grupos focais, avisos nos quadros dos distritos, comunicação social incluindo Rádio Comunitária, líderes comunitários, unidade de implementação do projecto a nível local.	Será definido pela coordenação do projecto. As consultas serão contínuas ao longo do ciclo do projecto.	Público em geral, autoridades locais, representantes das instituições públicas e privadas, instituições de pesquisa, escolas agrarias, ONGs do sector agrícola, parceiros de implementação, doadores, representantes das associações de produtores, provedores de serviços.	Coordenação do Projecto (Equipa de salvaguardas ambiental e Social)
Pós implementação do projecto	Estudos, resultados do projecto, lições aprendidas licenças e documentos dos projectos.	Reuniões publicas e com grupos focais, avisos nos quadros dos distritos, comunicação social incluindo Rádios comunitárias, SMS, Website.	Será definido pela coordenação do projecto	Partes interessadas engajadas no projecto	Coordenação (Equipa de salvaguardas ambiental e Social)
	Relatório do fecho do projecto	Avisos nos locais públicos da comunidade, Rádios comunitárias, Website.	A ser definido pela coordenação do projecto.	Autoridades locais, comunidades nas áreas de intervenção, provedores de serviços e grupos específicos de interesse..	Equipa de salvaguardas ambiental e Social

7. Estratégia proposta para incorporar a visão dos produtores (agricultores e aquicultores)

A rede pública dos serviços de extensão rural disponível ao nível dos distritos irá garantir a participação dos produtores nos processos consultivos através dos seus modelos de representatividade e grupos de interesse para que suas vozes não sejam ignoradas nem excluídas durante a implementação do projecto. Para a promoção da aquacultura para os produtores de pequena escala, as abordagens a adoptadas, de acordo com Estratégia para o Desenvolvimento da Aquacultura 2020 - 2030, privilegiam o apoio ao desenvolvimento da cadeia de valor deste subsector, em modelos de aquaparcos, catalisadores industriais e concentração de produtores (clusters). Assim, para colher mais sensibilidades, serão realizadas reuniões específicas com grupos focais específicos, além de reuniões gerais de consulta à comunidade conforme detalhado na Tabela 4.

Para assegurar que as mulheres possam falar nas reuniões, deve realizar-se reuniões separadas de homens, mulheres e jovens, dando atenção especial as áreas onde as mulheres têm maior dificuldade de se expressar devido aos aspectos sócio culturais.

O envolvimento das autoridades comunitárias (líderes) será fundamental para assegurar maior participação das partes interessadas, em particular as mulheres, incluindo mulheres chefe de famílias.

8. Linha do tempo/cronograma

O projecto será implementado entre 2024 e 2028. O Quadro de Gestão Ambiental e Social e outros instrumentos de salvaguardas estão em preparação e serão aprovados e publicados antes do fim do “appraisal” (Março de 2023). A divulgação de informações, mobilização de reuniões e consultas serão intensamente relevantes nas fases iniciais e continuarão ao longo do ciclo do projecto para garantir que todos grupos e seus representantes participem e que haja partilha de boas práticas e lições aprendidas.

Entre as formas de mobilização das partes interessadas destacam-se o envolvimento da media através de Televisão Nacional, Rádio Nacional, Rádios Comunitárias, Jornais nacionais e locais bem como outros meios de comunicação social, de acordo a descrição da tabela 6 deste documento.

O principal grupo alvo, especificamente jovens (homens e mulheres) rurais serão engajados principalmente através de reuniões com grupos focais e comunicação interpessoal.

Segundo a Norma Ambiental e Social número 10 (NAS 10) do Banco Mundial o Mutuário deve envolver as partes interessadas como parte integrante da avaliação ambiental e social de um Projecto e da concepção e implementação do projecto, sendo a natureza, escopo e frequência do engajamento, proporcionais à natureza e escala do Projecto.

O processo de consultas as partes interessadas será contínuo ao longo do ciclo do projecto. Ao abrigo da Legislação Moçambicana, o envolvimento das partes interessadas é necessário desde as fases iniciais da concepção de um projecto, quer como parte da avaliação do impacto ambiental e social ou aquisição de direitos de uso da terra. De acordo com o decreto 54/2015 de 31 de dezembro - Regulamento de Avaliação de Impacte Ambiental, o processo de consulta pública é uma actividade obrigatória para todos os projectos das Categorias A +, A e B.

O Diploma Ministerial sobre a Directiva para Elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (129/2006) e a Directiva Geral de Participação Pública (Diploma 130/2006) define quando e como deve ser conduzido o processo de consulta pública, bem como os requisitos de divulgação da documentação em consulta.

Especificamente para a preparação do presente SEP/PEPI as consultas com as partes interessadas iniciaram com os primeiros encontros de preparação do projecto, através das consultas on-line (sínteses apresentadas nos anexos 2, 3 e 4). As reuniões com grupos focais no âmbito da preparação do QGAS e QPR continuarão durante a fase de implementação do projecto para responder as actualizações dos documentos de gestão e impactos decorrentes da implementação. Haverá necessidade de envolver as partes interessadas para rever e comentar os planos conforme eles são previstos para mitigar os impactos negativos do projecto e garantir a ampliação dos benefícios do projecto para as pessoas afectadas. As consultas continuarão ao longo do ciclo do projecto para garantir um engajamento das partes interessadas, transparência e responsabilidade na implementação, permitindo que todos os afectados participem no projecto.

O projecto garantirá que todos os comentários sejam integrados em um relatório e que as versões actualizadas e finais dos planos sejam partilhados com as partes interessadas do projecto, particularmente pessoas afectadas. As sessões de divulgação de informações e entrega das versões actualizadas e finais dos relatórios são os dois principais meios de divulgação previstos. As informações serão carregadas nos sites anunciados e as versões impressas dos documentos finais serão disponibilizadas em locais públicos facilmente acessíveis (por exemplo, escolas, escritórios do governo local e das PIUs).

9. Exame dos comentários

Todos os comentários, contribuições escritas e orais, serão registados, revistos e partilhados com as partes interessadas de uma forma contínua ao longo do ciclo de implementação do projecto.

A equipa da unidade de implementação do projecto nas províncias (especialistas de salvaguardas, extensionistas, oficiais de desenvolvimento comunitário e educação nutricional e educação ambiental), serão responsáveis pelo registo dos comentários e contribuições provenientes das reuniões comunitárias, incluindo reuniões com grupos focais.

Estes serão responsáveis para garantir que os comentários e contribuições sejam respondidos e assegurar o retorno em tempo útil. Isso irá permitir criar maior confiança com as comunidades e outras partes interessadas na implementação das actividades do projecto. Irá ainda garantir que impactos adversos e não conformidades sejam tratados de acordo com os procedimentos do projecto.

Para assegurar o bom desempenho no registo, partilha, retorno dos comentários e contribuições, a equipa responsável será previamente treinada para ter competências necessárias de salvaguardas ambiental e social, incluindo a monitoria. O apoio da equipa de salvaguardas ambiental e social do BM é fundamental na harmonização dos procedimentos.

Sempre que o comentário de uma parte interessada for considerado no documento final, uma explicação será dada (oralmente ou por escrito) e documentada no relatório para o processo de consulta/ acta da reunião, conforme apropriado.

10. Fases seguintes do projecto

Todas as partes interessadas serão informadas sobre as actividades na fase de preparação do projecto, bem como actualizações sobre as actividades das fases subsequentes. As partes interessadas do projecto serão mantidas informadas à medida que o projecto se desenvolve, incluindo relatórios sobre o desempenho ambiental e social do projecto e a implementação do plano de engajamento das partes interessadas-PEPI e mecanismo de reclamação-MDR.

O projecto apresentará relatórios trimestrais às partes interessadas durante a sua implementação. A implantação do PEPI também será acompanhada por meio de relatórios trimestrais produzidos pela PIU, que incluirá a informação sobre o MDR.

Para além do relatório trimestral, será produzido o relatório anual consolidado que será distribuído às partes interessadas na área do projecto. O relatório irá apresentar informação sobre o desempenho ambiental e social do projecto.

Durante a construção de infraestruturas propostas no projecto (sistemas de regadio, armazéns, infraestruturas de processamento de pesca e agricultura), cada empreiteiro irá realizar reuniões periódicas comunitárias e fornecerá relatórios de desempenho e o plano de gestão da mão-de-obra, para as partes interessadas de acordo com o estabelecido no contrato e os procedimentos do projecto.

11. Recursos e responsabilidades na implementação das actividades de envolvimento das partes interessadas

11.1. Recursos

Os recursos humanos e financeiros são necessários para a implementação bem-sucedida das actividades de engajamento das partes interessadas, em todas as fases do projecto. A PIU, terá especialistas qualificados em salvaguardas ambiental e social que serão responsáveis por garantir a implementação eficaz do plano de engajamento das partes interessadas e reportarão ao coordenador do projecto, que por sua vez irá compartilhar o referido relatório com o MADER, MIMAIP e MGCAS.

O IIAM deverá contratar especialistas de salvaguardas ambiental e social e para o ProAzul, uma vez que possui este tipo de especialistas a nível central e em algumas províncias, será necessário contratar especialistas adicionais onde se revelar necessário para reforçar e assegurar o bom desempenho e implementação do PEPI e outros instrumentos de salvaguardas ambiental e social do projecto.

O orçamento para a implementação do PEPI está apresentado na tabela 8 abaixo e será actualizado em função do desenvolvimento da avaliação social no âmbito do projecto.

Os especialistas de salvaguardas estão inclusos no orçamento geral do projecto.

Tabela 7. Orçamento para implementação do PEPI

Nº	Item da despesa	Estimativa do orçamento total (USD)
1.	Capacitação institucional em engajamento comunitário	80.000,00
2.	Comunicação, sensibilização, consultas e campanha de consciencialização e de engajamento das partes interessadas incluindo reuniões e outros eventos	40.000,00
3.	Anúncios nos medias (rádios, jornais, TV)	10.000,00
4.	Transporte	10.000,00
5.	Contingência	10.000,00
6.	Total	150.000,00

11.2. Funções e responsabilidades

A responsabilidade geral pela implementação do PEPI é da coordenação do projecto, em colaboração com a equipe de salvaguardas ambiental e social a nível central. A equipe de salvaguarda do nível central deve criar e gerir uma base de dados das partes interessadas para todo o projecto. Uma vez que não existem as equipas de salvaguardas ambiental e social a nível provincial, a equipa do nível central irá implementar o PEPI a nível da comunidade com o apoio da rede de pública de extensão rural que deverá ser treinada nestas matérias. As actividades mais relevantes são as seguintes:

- Desenvolver, implementar e monitorar o PEPI e PCAS;
- Gerir o Mecanismo de Diálogo e Reclamações;
- Interagir com as partes interessadas através de consultas, sensibilizações e outras formas de comunicação;
- Identificar proactivamente os riscos e oportunidades das partes interessadas do projecto e informar a coordenação da PIU para seguimento;
- Desenvolver e conduzir pesquisas de linha de base e pesquisas de retorno de beneficiários particularmente para componente 2 e 3 do projecto.
- Reportar e acompanhar a gestão sobre quaisquer medidas corretivas necessárias na implementação do PEPI e o fecho satisfatório dos casos do MDR.

O Anexo1, ilustra a responsabilidade das partes interessadas e será continuamente actualizado de acordo com a evolução da implementação das actividades do projecto.

12. Mecanismo de Diálogo e Reclamações

O projecto através do ProAzul tem operacional e aprovado pelo Banco Mundial um Mecanismo de Queixas e Reclamações designado Mecanismo de Diálogo e Reclamações-MDR. Para o caso do IIAM, esta plataforma será introduzida antes do arranque das actividades do projecto torná-la disponível no website da instituição de coordenação do projecto (IIAM). O MDR é um sistema criado para responder a perguntas, esclarecer questões, e resolver problemas de implementação e reclamações de indivíduos ou grupos afectados pelas actividades da implementação do projecto e deve incorporar procedimentos e canais que permitem que sejam registados e reportados os casos de VBG.

As funções do MDR incluem:

Esclarecer dúvidas, detectar e resolver problemas antes que os mesmos sejam generalizados;

Contribuir a difundir os objectivos do projecto e sensibilizar as comunidades sobre sua importância através de esclarecimento de dúvidas;

Fornecer subsídios ao projecto com sugestões recebidas das partes interessadas para melhorar a implementação;

Aumentar o envolvimento dos parceiros no projecto.

A gestão do MDR é da responsabilidade do IIAM e ProAzul que devem assegurar a implementação com apoio de provedores de serviços, extensionistas e oficiais de desenvolvimento comunitários, de educação nutricional e de educação ambiental.

O MDR irá utilizar diversos canais para a recolha das sugestões e reclamações:

- (i) Telefone gratuito “Linha verde”. O reclamante receberá uma mensagem de texto, e-mail ou recibo para poder dar seguimento a sua reclamação.
- (ii) Formulários específicos. O reclamante depositará em caixas verdes com os logos dos projectos colocados em lugares estratégicos (Sede da Administração das Áreas de Conservação, Sede dos Postos Administrativos, sede dos CGRN, sede dos CLGRC, sede da localidade, escola e outros lugares de alta frequência seleccionados pela comunidade). Nestes lugares se identificará uma pessoa responsável (presidente, secretario, chefe, professor). O reclamante ficará com um canhoto para poder realizar o seguimento de sua reclamação.
- (iii) Encontros comunitários. As queixas e reclamações poderão também ser apresentadas em encontros com líderes tradicionais a nível das aldeias ou dos Comitês de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN), Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGRC) e também em encontros promovidos pelos Pontos Focais (PFs). Nos encontros onde não participe o PF, deverá se nomear um secretario para que registre as sugestões e reclamações nos formulários e entregue o canhoto ao reclamante.
- (iv) Pessoalmente: O PF do MDR, os oficiais comunitários, os provedores de serviços, o pessoal das ONGs e os técnicos dos governos locais poderão assistir a pessoas com dificuldades para escrever ou sem acesso ao telefone a preencher os formulários e apresentar as reclamações, e deverão entregar ao reclamante o canhoto correspondente. O PF deverá assumir um papel proactivo para facilitar que os grupos mais vulneráveis das comunidades apresentem suas reclamações.

O FSRP irá usar o mesmo mecanismo, contudo as reclamações, sugestões, dúvidas serão encaminhadas para a coordenação do projecto e o especialista de salvaguardas social terá a responsabilidade de seguimento. Este é um único sistema, e que vai ser gerido pelos 2 oficiais de salvaguardas do projecto a serem contratados no âmbito do projecto. Em caso de queixas ou reclamações, o ponto focal-PF informará ao requerente que seu caso foi registado e convocará um encontro com as partes envolvidas para investigar e documentar os elementos da reclamação e procurar uma solução amigável ou definir um processo de revisão a outro nível. Esta informação deverá ser enviada ao requerente dentro de 5 dias úteis desde a recepção da queixa e o encontro deverá ter lugar dentro de 5 dias úteis desde a notificação.

13. Monitoria e preparação de relatórios

13.1. Participação das partes interessadas nas actividades de monitoria

A monitoria e os relatórios incluirão informação sobre implementação do PEPI e outros instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais. O Projecto irá estabelecer um sistema de monitoria participativo com base em indicadores de produção bem como aspectos sociais. Além disso, o projecto irá envolver as partes afetadas, reunindo suas observações e contribuições e envolvendo-as em discussões de missões externas e de Monitoria & Avaliação.

A coordenação do projecto irá monitorar o PEPI de acordo com os requisitos do Acordo Legal e do PCAS, incluindo mudanças resultantes no desenho do projecto ou outras circunstâncias que requeiram ajustes do PEPI e PCAS.

As seguintes acções de monitoria serão realizadas em relação aos interesses das partes interessadas, de acordo com o desempenho ambiental e social do projecto:

Condução do engajamento das partes interessadas de forma consultiva com base no PEPI;

Recolha das contribuições das partes interessadas sobre o desempenho ambiental e social do projecto numa base trimestral;

Revisões anuais da conformidade com os requisitos do contrato legal, incluindo outros instrumentos de salvaguardas; quando aplicável e conforme estabelecido no PEPI, envolver as partes interessadas, para complementar ou verificar as informações de monitoria dos projectos.

(i) Preparação de relatórios aos grupos de partes interessadas

O PEPI tem como objectivo apoiar o desenvolvimento de relações fortes, construtivas e responsáveis entre a coordenação do projecto e as partes interessadas bem como entre os diferentes grupos interessados no projecto contribuindo para uma gestão bem-sucedida dos potenciais riscos ambientais e sociais.

Todas as reuniões de engajamento das partes interessadas serão registadas em actas, que serão armazenadas num banco de dados sobre o engajamento das partes interessadas e disponíveis ao público, garantindo assim a existência de registos que possam ser consultados e que as opiniões levantadas sejam levadas em consideração.

Além disso, os resultados das actividades do PEPI e outros instrumentos de salvaguardas serão apresentados em relatórios de progresso de monitoria da implementação do projecto e serão disponíveis as partes interessadas em relatórios anuais.

Anexo 1. Responsabilidade das principais partes interessadas

INSTITUIÇÃO	RESPONSABILIDADES
GOVERNO CENTRAL	
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)	<p>Fomentar a produção e actividades conexas para o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas inteligentes e sensíveis à nutrição, satisfação do consumo, comercialização, agroprocessamento e competitividades dos produtos agrários e demais finalidades.</p> <p>Promover o desenvolvimento sustentável através da melhoria a gestão da água e dos recursos naturais de forma a construir e proteger a produtividade e a resiliência agrícolas de longo prazo de recursos naturais para as paisagens agrícolas resilientes e segurança alimentar.</p> <p>Promover a coordenação monitoria e avaliação de programas, projectos que concorram para a segurança alimentar e educação ambiental e nutricional.</p>
Ministério da Terra e Ambiente (MTA)	<p>Estabelecer e implementar normas e procedimentos de licenciamento ambiental das actividades dos investimentos do projecto.</p> <p>Desenvolver uma Política Nacional de Resiliência Climática.</p>
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MMAIP)	<p>Licenciar, certificar e autorizar a instalação de infraestruturas para os investimentos de pesca, aquacultura.</p>
Ministério da Género, Criança e Acção Social (MGCAS)	<p>Promover a assistência social às pessoas e agregados familiares em situação de pobreza e de vulnerabilidade através do Programa de Acção Social Produtiva (PASP).</p>
Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)	<p>Promover a pesquisa para desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia no sector produtivo;</p> <p>Autorizar e coordenar exercício de actividades conexas à Bio-segurança, particularmente relativos organismos geneticamente modificados e seus produtos;</p>
Direcção Nacional de Sanidade e Bio-segurança (DNSAB)	<p>Fortalecer os sistemas de segurança alimentar e rastreabilidade com foco nas cadeias de abastecimento agroalimentar</p> <p>Promover a segurança alimentar apoiando boas práticas agrícolas, controle de pragas e patologias de plantas e animais, vigilância sanitária e fitossanitária (SPS), inspeção e certificação de produtos agrícolas comercializados e protecção</p> <p>Desenvolver a capacidade do sector público de prevenir e responder a incidentes de segurança alimentar, a fim de proteger a saúde vegetal, animal e humana e os interesses comerciais agroalimentares</p>

Direcção Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Comercial	Promover alianças produtivas para produtores agrícolas através da integração vertical de cadeias de valor seleccionadas para aumentar as oportunidades de mercado e o acesso dos pequenos produtores
Direcção Nacional de Desenvolvimento Pecuário	Promover maneio pecuário sustentável e resiliente que permita aumentar a renda das famílias Estabelecer mecanismos de prevenção, controle e erradicação de doenças de impacto na economia e saúde pública
Fundo do Fomento Agrário e Extensão Rural, Fundo Público (FAR,FP)	Padronizar e profissionalizar os serviços públicos de extensão agrícola de Moçambique, em linha com a Política Nacional de Assistência e Extensão Rural (PNAER) Desenvolver capacidades de disseminação de tecnologias e práticas agrícolas inteligentes para o clima que melhorem a produtividade, os meios de subsistência e a resiliência dos pequenos agricultores Fomentar o desenvolvimento de tecnologias agrárias adequadas aos produtores do sector familiar apoiadas pelo projecto Coordenar a implementação e divulgação de boas praticas agrícolas adaptadas as mudanças climáticas que contribuam para o uso sustentável dos recursos naturais.
Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)	Operar todas as questões fiduciárias em conformidade com as normas e requisitos contidos no acordo legal celebrado com o Grupo do Banco. Supervisionar e coordenar o planeamento geral do projecto, garantindo a qualidade, comunicação, gestão de salvaguardas, aquisições e relatórios sobre o seu progresso do projecto. Assegurar o estabelecimento de uma estrutura para a implementação do projecto nas áreas de intervenção. Desenvolver capacidade para inovar e desenvolver, adaptar, comercializar e disseminar tecnologias e práticas de produção de alimentos eficientes, inteligentes em relação ao clima, responsivas ao usuário e informadas pelo mercado Assegurar que as pesquisas realizadas nas paisagens abrangidas pelo projecto beneficiem as comunidades locais
Instituto Nacional de Irrigação (INIR)	Promover melhor gestão da água e dos recursos naturais de forma a construir e proteger a produtividade e a resiliência agrícolas de longo prazo Realizar investimentos nas infraestruturas de rega dos terrenos agrícolas e no reforço da capacidade institucional e dos produtores para a gestão da água.

	Actualizar a Estratégia de Irrigação
Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas e Aquicultura (IDEPA)	Desenvolver uma estratégia nacional de extensão aquícola. Desenvolver e promover sistemas e práticas de aquacultura inteligentes para o clima localmente apropriados Modernizar os sistemas de deteção, prevenção e resposta às doenças da aquicultura Realizar avaliações de qualidade e, quando aplicável, a certificação de insumos aquícolas, como rações e alvinos.
Instituto Nacional de Oceanografia (INOM)	Mapear áreas aptas para aquacultura de água doce e marinha, incluindo a atualização dos mapas existentes, tendo em consideração os condicionalismos biofísicos e de mercado.
ProAzul	Operar as questões fiduciárias para a janela de subvenções do sector pesqueiro.
Instituto Nacional de Acção Social (INAS)	Desenvolver um modelo institucional e uma estrutura regulatória para esquemas institucionais de aquisição de alimentos liderados pelo sector público para mitigar a dependência das famílias rurais dos programas de proteção social.
Gabinete de Salvaguardas Sociais e Ambiental	Garantir a sustentabilidade social, económica e ambiental das actividades económicas implementadas pelo projecto, respeitando os valores culturais das comunidades, a legislação vigente, as boas práticas ambientais e sociais, e a igualdade de género. Difundir e garantir a implementação das directrizes de salvaguardas ambientais e sociais em conformidade com as leis de Moçambique e praticas globais. Desenvolver estratégias para prevenir ou minimizar qualquer impacto social ou ambiental adversos as actividades desenvolvidas pelo projecto. Prestar a devida assistência por forma a garantir que as actividades do projecto estejam em conformidade com os princípios básicos e diretrizes de politicas de salvaguardas social e ambiental em prol do desenvolvimento rural. Promover em colaboração com os demais sectores, a divulgação de boas praticas que contribuam para a melhor conformidade social e ambiental. Assegurar a integração e observância de aspectos de género nas diferentes actividades.
GOVERNO PROVINCIAL	
Serviços Provinciais de Actividades Económicas	Garantir a capacitação e assistência técnica aos produtores e beneficiários do projecto. Assegurar o cumprimento de normas do sistema higiénico-sanitário dos estabelecimentos de processamento de produtos agrários. Implementar e divulgar boas praticas agrárias adaptadas as mudanças climáticas.

	<p>Assegurar que os produtores tenham conhecimento sobre assuntos transversais, nomeadamente, a gestão e recursos naturais, mudanças climáticas, segurança alimentar e nutricional, género e HIV-SIDA; Assegurar a delimitação das áreas agrárias e as vias de acesso para estas e para infraestruturas de maneio.</p> <p>Promover a criação de infraestruturas e serviços de apoio as atividades agrícolas.</p> <p>Promover o estabelecimento de parques de máquinas e centros de prestação de serviços.</p>
Direcção Provincial de Agricultura e Pescas	<p>Participar no licenciamento, fiscalização e monitoria das actividades do sector.</p> <p>Garantir a defesa sanitária vegetal e controlo fitossanitário nas áreas de intervenção do projecto.</p> <p>Dar assistência devida no estabelecimento de infraestruturas e serviços de apoio às actividades agrícolas do projecto.</p> <p>Sistematizar a informação sobre a produção agrícola nas áreas de intervenção do projecto.</p>
Serviços Provincial do Ambiente	<p>Participar no licenciamento e fiscalização das actividades do sector, nos termos da lei.</p> <p>Estabelecer medidas de prevenção da degradação e controlar da qualidade ambiental.</p> <p>Promover iniciativas de prevenção, controlo e recuperação de solo degradados nas áreas de intervenção do projecto.</p> <p>Fazer o acompanhamento de todas as fases de implementação.</p>
Unidade de Implementação do Projecto (PIU)	<p>Implementar e monitorar as actividades do projecto a nível das paisagens.</p> <p>Facilitar iniciativas de cadeias de valor orientadas para o desenvolvimento do empreendedorismo, com enfoque para a inclusão de mulheres e jovens, através da identificação e do desenvolvimento de ligações com mercados.</p> <p>Apoiar no desenvolvimento da capacidade de participação das comunidades e outros actores de cadeias de valor nos vários segmentos de mercado.</p> <p>Prestar apoio institucional na elaboração de políticas, estratégias, programas e outros instrumentos de gestão virados ao desenvolvimento rural e conservação.</p>
GOVERNO LOCAL	
Administração do Distrito	<p>Assegurar que todas as actividades decorram conforme previsto e intervir sempre que necessário.</p> <p>Reportar todas as fases de implementação ao Governo da Província.</p>
Serviços Distritais de Actividades Económicas	<p>Divulgar no seio dos produtores tecnologias adequadas de produção.</p>

(SDAE)	<p>Disseminar as novas tecnologias em unidades de demonstração. Efectuar a avaliação das áreas cultivadas sua produção e rendimento.</p> <p>Capacitar os intervenientes na cadeia de valor da pesca e aquacultura em tecnologia de pescado.</p> <p>Promover acções de educação nutricional a nível dos distritos de implementação do projecto.</p> <p>Incentivar a produção alimentar e de culturas de rendimento.</p> <p>Incentivar o plantio de árvores de sombra e de fruta e promover a sanidade vegetal.</p>
Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas(SDPI)	Fazer a gestão e monitoria das áreas de planeamento e ordenamento territorial, obras públicas, infraestruturas e equipamento, transportes e trânsito, gestão ambiental, emergência e prestação de serviços públicos ao nível dos distritos de implementação do projecto.
Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT)	Participar e colaborar na implementação das actividades de educação ambiental e nutricional. Promover a participação de crianças e jovens na vida sócio-cultural da comunidade.
SECTOR PRIVADO	
Confederação das Actividades Económicas (CTA)	Contribuir para o desenvolvimento económico e social nas áreas de intervenção do projecto. Promover o crescimento do Sector Privado protegendo as oportunidades de negócios e iniciativas privadas, cultura e o associativismo empresariais nas áreas de intervenção do projecto.
Fornecedores de Insumos, maquinarias	Fornecer insumos e serviços para agricultura, pecuária, agro-indústria, pescas. Fornecer assistência as maquinarias e outros equipamentos para a produção agrária, pesca.
COMUNIDADES	
Líderes Comunitários	Mobilizar as comunidades a solucionarem problemas que estejam dentro do seu alcance. Fiscalizar e intermediar a resolução de problemas entre as comunidades e o poder público. Promover uma consciência crítica sobre a gestão sustentável dos recursos naturais e conservação da biodiversidade. Promover actividades coletivas, desenvolver e incentivar habilidades particulares dos moradores de sua comunidade que possam beneficiar outras pessoas. Promover a busca de soluções conjuntas para a melhoria das problemáticas das comunidades. Participar em programa de educação ambiental.
Comités Locais	Melhorar o relacionamento das comunidades com as autoridades locais;

de Gestão de Risco de Calamidades (CLGRCs)	<p>para que as comunidades participem activamente na identificação dos riscos e vulnerabilidades locais.</p> <p>Promover o uso de métodos participativos no desenvolvimento de acções conducentes a redução da vulnerabilidade.</p> <p>Tomar parte activa nas consultas comunitárias e no processo de gestão dos riscos com vista a incrementar a capacidade e resiliência das comunidades; protecção e salvamento das vidas dos cidadãos, proporção de sistemas de aviso prévio de confiança e recuperação e reabilitação dos danos.</p> <p>Desenvolver mecanismos de resolução de conflitos que envolvam os diferentes intervenientes nas áreas de intervenção do projecto.</p> <p>Representar e defender os interesses dos seus membros, comunidades, associações e outras entidades da área junto do Estado e do parceiro (sector Privado).</p> <p>Colaborar activamente com o projecto na fiscalização e monitoria da utilização dos recursos naturais nomeadamente no controlo de queimadas descontroladas, corte ilegal da floresta, fauna bravia, caça furtiva.</p>
Centros Comunitários de Pesca (CCPs)	<p>Promover o desenvolvimento de organizações de pescadores e aquacultores (associações e cooperativas).</p> <p>Promover a consciencialização das comunidades beneficiárias sobre a importância da aquacultura como fonte de renda e para a dieta alimentar.</p>
ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO	
MEDIAS (TV, JORNAIS, RÁDIOS COMUNITÁRIAS)	<p>Informar as comunidades locais sobre diferentes matérias de interesse incluindo sobre o projecto em língua local e português.</p> <p>Divulgar informação sobre o projecto, incluindo as formas de acesso aos benefícios.</p>
SOCIEDADE CIVIL/NGO/AGENCIAS DE COOPERAÇÃO	
BANCO MUNDIAL	<p>Assegurar o financiamento e dar a devida assistência técnica nas diferentes áreas, salvaguardas, monitoria e supervisão do projecto.</p>
ACADEMIA	
Academia (UEM, IIAM, Uni Lúrio, Uni Zambeze, Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras)	<p>Participar nos trabalhos de investigação, elaboração de planos de maneio e outros estudos promovendo a inovação através da investigação.</p>

Anexo 2. Acta do Processo de Consulta Pública

Data: 23 de Janeiro à 02 de Fevereiro de 2023

Local: Todo País - via on-line

Realizador: MADER/DCM

No quadro da preparação do **PEPI** (Plano de Engajamento das Partes Interessadas), um dos instrumentos das **salvaguardas ambientais e sociais**, previstos nos procedimentos do quadro de gestão ambiental e social, (QGAS) do Banco Mundial, decorreu no período de **23 de Janeiro à 02 de Fevereiro de 2023**, em todo o país, o processo de consulta do sector público para o **“Projectos de Segurança Alimentar e Resiliência Alimentar em Moçambique (FRSP)”**.

A primeira ronda de consulta com as partes interessadas visava cobrir a fase inicial de preparação do projecto e teve como objectivo principal recolher informações das partes interessadas, incluindo preocupações e sugestões sobre vários aspectos do Projecto, assegurando que os mesmos contribuam para o desenho do projecto. Pelo facto da maioria das instituições em período de fecho das actividades e apresentado indisponibilidade para encontros presenciais, a primeira consulta foi realizada em formato online, no período de 19 de Janeiro 02 Fevereiro de 2023, usando as plataformas disponíveis (Zoom, Email e telefone), entre outras, através de uma comunicação oficial do MADER dirigida aos:

- (i) Governos Provinciais visando instituições públicas de nível provincial que respondem e agregam todos os serviços públicos associados às cadeias de valor agrárias (CV's) e sistemas alimentares (SA's),
- (ii) Organizações Não Governamentais (ONGs) que intervêm no sector agrário, Sociedade Civil através das respectivas agremiações,
- (iii) Sector Privado maioritariamente associado ao Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) incluindo provedores de serviços (maquinaria, sementes e insumos), agroprocessadores, intervenientes de comercialização de produtos e subprodutos agrários, organizações de agricultores e criadores de gado, e parceiros de cooperação agregados na AgriRed.

A comunicação foi acompanhada de uma nota conceptual sobre o quadro do FRSP e de questões de reflexão detalhadamente explicadas por telefone e mantendo-se a interação virtual com os participantes para o esclarecimento de dúvidas e para as respostas para às questões levantadas. As respostas recebidas foram armazenadas numa pasta de base de dados, garantindo assim a existência de registos que possam ser consultados e que as opiniões levantadas sejam levadas em consideração. Em relação às questões pendentes que necessitaram de mais detalhes de informação, manteve-se a interação mais personalizada, por correio electrónico registando automaticamente as questões colocadas e esclarecimentos enviados.

Ao longo de todo o processo de envio e recepção dos comentários, na tentativa de recolher

o máximo de informação possível, tornou-se necessária a maior rigidez possível, tendo-se enviado o ofício e a nota conceptual por três vezes, em três períodos diferentes, com 5 a 6 dias de intervalo, tendo o cuidado de nos 2º e 3º envios priorizar os e-mails devolvidos, na maioria das vezes provocada pelas caixas do correio de destino estarem cheias e/ou indisponibilidade dos usuários por motivos de licença disciplinar, e buscando-se deste modo, endereços alternativos. O primeiro envio foi feito a 19 de Janeiro, o segundo a 24 de Janeiro e o terceiro a 31 de Janeiro de 2023. Apesar de todas as províncias terem respondido a taxa de retorno rondou em média 80%, pois a maior interação registou-se ao nível das províncias, poucas respostas apresentaram subsídios do nível distrital.

Ao nível do sector público. Os sumários recebidos como feedback foram enviados através de duas instituições principais que lideram as cadeias de valor agrárias e sistemas alimentares, designadamente: Direcção Provincial de Agricultura e Pescas (DPAP) e Serviço Provincial de Actividades Económicas (SPA), respectivamente. Os sumários enviados representam o posicionamento dos serviços públicos dos diversos sectores dos níveis provincial e distrital de cada província, ligados às cadeias de valor (CVs) e sistemas alimentares (SAs). Apesar de o número de participantes de nível provincial não ser uniforme (entre 10 a 18 participantes/contribuintes), de uma província para outra, constata-se ter havido uma participação agregada de 140, das quais cerca de 40% mulheres e 60% jovens.

Ao nível das ONG's e Sociedade Civil e Parceiros de Cooperação. Apesar de não ser possível estimar com exactidão e de forma individual o horizonte de participantes neste processo, de ponto de vista institucional participaram 43 ONG's a nível de todo o país, 5 (cinco) fóruns provinciais de ONG's, das províncias de Sofala (FOPROSA), Manica (FONGIM), Zambézia (FONGZA), Gaza e Cabo Delgado. Por parte da sociedade civil foram consultados a União Nacional dos Camponeses (UNAC) e o fórum Terra, totalizando 50 instituições. A lista destas instituições consta em anexo.

Ao nível do Sector Privado.

As tabelas 1, 2 e 3, em anexo, apresentam a lista dos participantes nas interações havidas. Nestas interações foram discutidos e aprofundados diversos assuntos incluindo os seguintes temas:

- (i) Actividades prioritárias dos sectores para promover o desenvolvimento de sistemas alimentares resilientes.
- (ii) Fortalecimento das políticas/programas para a gestão de riscos e Salvaguardas ambientais e sociais.
- (iii) Abrangência do projecto e sua fundamentação, priorização das regiões geográficas incluindo províncias e distritos propostos para intervenção de cada sector.

- (i) Formulação do Projecto, duração e mecanismo de implementação para

- todas as actividades do projecto.
- (ii) Envolvimento do sector privado e outros parceiros incluindo a sociedade civil e seus representantes para a consulta/validação;
 - (iii) Beneficiários, mecanismos de implementação, resultados esperados e proposta de indicadores para o Quadro de Resultados do Projecto.

Maputo, 02 de Fevereiro de 2023.

Anexo 3. Síntese de questões discutidas

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Respondeu
<p>Frank Phiri Programme Manager Mozambique OIKOS</p>	<p>A OIKOS agradece a oportunidade de comentar o assunto em referência. É da nossa opinião, que no Ponto 3, o projecto considere aspectos de engajar o sistema de consultas contínuas dos seus beneficiários através de dois mecanismos, tais como (i) avaliação periódica do nível de satisfação; e (ii) manter-se dialogo informal e regular com os beneficiários para medir o nível de satisfação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • N/A 	<p>Leia Bila</p>
<p>Stefano Gasparini Country Director iDE Powering entrepreneurs to end poverty.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reiteramos a vontade da iDE em colaborar com a Direcção de Cooperação e Mercados, bem como com todas as instituições do Governo de Moçambique, a nível nacional, provincial e distrital. • De momento, estão confortáveis com as premissas da nota conceptual 	<ul style="list-style-type: none"> • N/A 	<p>Leia Bila</p>
<p>Jorge Vidigal Fole (Director do SPAE de Gaza)</p>	<p>A província concorda com as actividades prioritizadas, mas apresenta as seguintes observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobre a Componente 1., sugere a inclusão da província de Gaza nos serviços de pesquisa por reunir um campo para análise dos pressupostos apresentados através nos Centros Zonais do IIAM; • Pode ser uma mais valia para o Perímetro irrigável da Bacia do Limpopo recentemente criado como Zona Económica Especial do Limpopo- ZEEL • A preocupação da província é a reabilitação da Estação de Bombagem Umbapi (RBL, E.P.) e de alguns regadios e 	<ul style="list-style-type: none"> • A província de Gaza reúne a maioria dos parâmetros de seleção da área de implementação do projecto. • Para a ZEEL estão em curso para o financiamento de um projecto integrado cuja prioridade é o desenho do plano director para a viabilização do desenvolvimento desta região especial. 	

	<ul style="list-style-type: none"> O projecto deve promover o cooperativismo, como forma de organizar e capacitar os grupos de produtores para saberem lidar-se/melhor negociar nos processos de comercialização 	social. Na verdade, este risco será considerado no QGAS.	
Jabula Arlindo Zibia (Director do SPAE da Zambézia)	<ul style="list-style-type: none"> O Conselho de Representação do Estado da Zambézia é de parecer favorável, atendendo que o referido projecto, a ser implementado da forma que está descrito, poderá contribuir significativamente na melhoria da segurança alimentar e nutricional da população vulnerável da província da Zambézia, podendo assim por consequência, melhorar as condições de vida das populações, através do aumento da produção e produtividade, o que contribuirá na melhoria dos seus rendimentos. 	N/A	Yanik Manso
	<ul style="list-style-type: none"> Para o efeito e obtenção dos resultados almejados, o projecto precisará de prestar alguns apoios aos produtores já previstos através da nota conceptual, contudo deverao assegurado na mesma ordem, sob o risco, de se desenvolver que poderá mal sucedida devido a falha no alinhamento das actividades previstas. 	Fica registada a proposta, esta questão devera ser basilar nas negociações do projectos.	Valdemiro Munguambe
Jaime Chissico (Director do SPAE de Nampula)	<ul style="list-style-type: none"> A província de Nampula encoraja a iniciativa pois está alinhada com as políticas do Governo, nomeadamente o PEDSA e outros instrumentos de planificação local como o PEP 2023. 	N/A	Leia Bila
	<ul style="list-style-type: none"> Face ao acima exposto somos de parecer favorável à implementação do projecto, devendo considerar mais destaque para acções ambientais ligadas a protecção dos solos e conservação dos solos. 	N/A	Leia Bila
Cláudia Pereira	<ul style="list-style-type: none"> Enquadramento do projeto - sugere-se que o enquadramento do projeto seja feito no âmbito do PEDSA 	<ul style="list-style-type: none"> Na generalidade, as questões apresentadas são de extrema 	Leia Bila

<p>Assistant FAO Representative - Programme FAO Representation In Mozambique Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)</p>	<p>II e PNISA II e não da ESAN III como aparece (a ESAN III foi aprovada pelo governo?); que sejam revistos os dados estatísticos e suas fontes do parágrafo 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Componente 1 - sugere-se que ao invés de <i>Bens Públicos para a Segurança Alimentar</i> seja <i>Serviços Públicos para a Segurança Alimentar</i> tendo em conta o conteúdo das subcomponentes; • Subcomponente 1.1 - aparece como sendo uma componente para fortalecer a capacidade de desenvolvimento de tecnologias e inovação, mas o conjunto de actividades mencionadas na descrição não parece muito relacionado com este tipo de serviços • Subcomponente 1.2 - para uma maior abrangência dos resultados, impacto e cobertura geográfica, sugere-se que a implementação desta componente contemple ligações com o sector privado, NGO, OCBs e os participantes das cadeias de valor. Isso irá tornar mais relevante o serviço de extensão; • Subcomponente 1.3 - Sugere-se a alteração da denominação para <i>Serviços de Sanidade e Biossegurança</i> e, nas suas intervenções se inclua o aumento da capacidade de vigilância, deteção e diagnóstico de pragas e doenças, a normação dos produtos de origem agrícola e inclusão de toda a rede de laboratórios no processo de acreditação; • Subcomponente 2.1 - sugere-se incluir áreas que propiciam o aumento da resiliência climática, dos mercados, acções antecipadas para a redução do risco de desastres e dos seus impactos e ainda o seguro para a agricultura em cadeias de valor seleccionadas. Por outro 	<p>importância para o aprimoramento do documento e serão cuidadosamente avaliadas e alinhadas com o PDO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assim como refere o documento, a ESAN III ainda não foi aprovada pelo governo, mas já foi aprovada pelo Conselho Consultivo do MADER e submetido ao CM. Ele é referido porque será o documento que vai orientar as acções de Segurança Alimentar ate ao ano 2030. 	
--	---	--	--

	<p>lado, estando previstas intervenções na área de proteção social talvez seja importante trazer esta componente também para o enquadramento e descrever um pouco mais o tipo de intervenções a serem consideradas. Nesta subcomponente poderia incluir-se o estabelecimento de bancos comunitários de sementes que se têm provado eficientes no aumento da resiliência a nível local;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Componente 3 (mercados para a segurança alimentar) - a descrição das intervenções nesta componente parece estar muito vaga e sugere-se que sejam um pouco mais detalhadas para melhor entendimento do seu conteúdo; • Componente 4 - fala do PEDSA/PNISAI (vide comentário no primeiro parágrafo) passando a mensagem de que as ações estratégicas daquele plano serão implementadas como uma das componentes do projecto, o que não parece correcto pois o projecto vai contribuir para esses instrumentos estratégicos <i>umbrella</i> do sector. A referência ao PEDSA/PNISAI deveria ser passada para a secção de enquadramento do projeto; • Esta componente (4) deve servir também para criar o ambiente legal e institucional para a implementação do projecto pelo que as reformas previstas nas outras componentes deveriam ser transferidas para esta secção. Adicionalmente, sugere-se que seja reanalisada a oportunidade/pertinência de inclusão de certas atividades nesta componente; • Área geográfica - não parece ser um parágrafo relevante uma vez que a maior parte das intervenções são de natureza sistémica pelo que os seus resultados serão sentidos ao nível de todas as zonas agroecologias. 		
--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se uma revisão das fontes para os indicadores, principalmente no que concerne à segurança alimentar; o IOF 2020 tem dados diferentes e mais actualizados dos que estão a ser apresentados. 		
<p>José Varimelo (Director do SPAE de Niassa)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Considerando os níveis de destruição crónica que vem ocorrendo nos últimos tempos, as actividades dos serviços de pesquisa agrária deviam ser estendidas a todos os Centros Zonais e Estações Agrárias (subunidades dos Centros Zonais), bem como o desenvolvimento de aquacultura no país. • O apoio ao Programa Acção Social Produtiva devia ser estendido aos técnicos formados na área agrária que não tem capital para implementar os seus projectos no sector agrário, para poderem criar mais dinamismo nesta área. • Unidades de Implementação do Projecto sejam instaladas em todas as províncias abrangidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • As projeções iniciais do FRSP priorizam o reforço institucional desde o nível Central do IIAM até às estações agrárias. • Existe uma janela na abordagem da “agricultura moderna”, que vai demandar diversas áreas de especialidade agrária, mas com a condição de que os novos técnicos formados deverão estar organizados em grupos legalizados e que também, vão ter que redimensionar os projectos ou adequá-los a esta abordagem de agricultura moderna. 	<p>Leia Bila</p>

<p style="text-align: center;">Cremildo Joaquim (Substituto do Director da DPAP de Inhambane)</p>	<p>A província solicita apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação Laboratório Provincial de Veterinária anexada a sala de Necrópsia e uma câmara de frio • Laboratório Provincial de Aquacultura e Pescas • Reforço do Sector da Pecuária em meios • Construção de 5 unidades de processamento • Construção de 28 Sistemas de pulverização para banho de gado • Especialização de 16 inspectores fito-zoo-sanitários, para os postos de fixos de fiscalização • Promoção/massificação de plantio de coqueiro na zona Norte da Província e mudas de cajueiros nos distritos de Funhalouro, Panda, Zavala, Massinga, Homóine e Mabote • Há mercados rurais construídos no âmbito de PRODEL que precisam de ser operacionalizados 	<ul style="list-style-type: none"> • As infraestruturas de prestação de serviços nas diversas unidades orgânicas do MADER foram consideradas e mapeada, como parte de vários dos parâmetros para a seleção da área de implementação do projecto, entre as quais os laboratórios de serviços veterinários. Dependerá da decisão final sobre a área de implementação para a inclusão deste laboratório. • A cadeia de valor coco, faz parte da cadeia de oleaginosas, que parte integrante deste projecto. Contudo, a inclusão destes distritos vai depender da decisão final da área de implementação do projecto, dado que há outras oleaginosas que serão definidas como prioritárias. 	<p style="text-align: center;">Leia Bila</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de 15 técnicos de aquacultura em todos distritos da Província; 		

	<p>Subcomponente 3.2. Mercados públicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Operacionalização de Mercados rurais construídos no âmbito de PRODEL Construção de mercado agrícola, de produtos frescos em Guiua; <p>Componente 4. Políticas e Reforço institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aquisição de 07 Viaturas para os sectores de Sanidade Vegetal, Agricultura, Segurança Alimentar, Extensão Rural, Pescas e Aquacultura, Desenvolvimento Rural e Planificação, para a monitoria das actividades, equipamento informático (16 computadores e 16 impressoras com scanner) 2 fotocopiadoras. 	<p>A pertinência o não da viabilização desta duas actividades, vai ser por recomendação de estudos de viabilidade técnico-financeira e ambiental.</p> <p>O projecto não prevê este tipo de aquisições, poderá se explorar outras financiamento no quadro da complementaridade de projectos</p>	<p>Yanik de Sousa</p>
<p>Fernando Remane Namucua</p> <p>(Director da DPAP da Zambézia)</p>	<ul style="list-style-type: none"> As 5 áreas indicadas no Projecto são de maior interesse da Província e conjugam a visão da DPAP. O projecto vai contribuir para a satisfação das necessidades de aumento da abrangência dos serviços de extensão na assistência e difusão de tecnologias resilientes e que vão contribuir para o aumento da produção e produtividade na Província da Zambézia Perante esse cenário somos de parecer favorável porque o Projecto está alinhado com o Plano Quinquenal do Governo (PQG) e dos outros instrumentos de planificação, referente as atribuições do sector 	<p>O Conselho Executivo Provincial da Zambézia reforçou favoravelmente a abordagem do projecto</p>	<p>Valdemiro Mungambe</p>
<p>Paulo Artur</p> <p>Coordenador Local WeWorld-GVC Moçambique</p>	<ul style="list-style-type: none"> Em representação da WW-GVC, agradecemos pelo envio da Nota Conceptual e achamos que neste momento, ainda não vemos questões extremamente relevantes por acrescentar. Somente recordar que na modernização dos laboratórios (componente 1), há necessidade os mesmos façam uma 	<p>N/A</p>	<p>Leia Bila</p>

	<p>análise de resíduos químicos de alimentos, que neste momento achamos que seja uma necessidade a nível nacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acreditamos que a Nota Conceptual está bem concebida, e estamos aptos para colaborar nos próximos passos. 		
<p>Nicholas Dexter Coordenador Land O'Lakes Venture37 Chimoio</p>	<p>O projecto deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informar e ligar camponeses e agricultores comerciais aos serviços laboratoriais que vão ser criados • Apoiar IIAM na investigação no seio dos produtores para produzir evidências de efeito de agricultura sintrópica • Participar na “escola sem paredes”, facilitando campos de demonstração, dias de campo e extensão entre agricultores • Facilitar acesso a mercados privados e públicos, apoiando na agregação de produtos, processamento e valor acrescentado • Participar em discussões a nível da região centro sobre a colaboração da iniciativa 		
<p>Ernesto Jaime Lopes (Director da DPAP de Manica)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manica é uma da província mais vulnerável a desastres naturais com destaque para as cheias, ciclones, seca prolongada e sismo, consequência da sua localização geográfica e da fraca robustez da sua economia para lidar com desastres naturais, que nos últimos anos tornaram-se ciclos extremos. Para além destes factores adversos, os distritos de Tambara, Guro, Macossa e Machaze são permanentemente semi-áridos, onde as precipitações variam entre 300-500 mm por ano, o deixa a população local numa situação de extrema vulnerabilidade. Com a implementação de projectos integrados de nível regional 	<p>O parâmetro o factor agroclimática associado aos outros é determinante para a selecção da área de implementação do projecto.e a província de Manica insere-se nesses critérios em relação à algumas províncias. Tudo depende da decisão final sobre a área de implementação.</p>	<p>Valdemiro Munguambe</p>

	<p>para aumentar a resiliência dos sistemas alimentares, enquadra-se na restauração da capacidade de produção agrícola, na melhoria da gestão de recursos naturais, na obtenção de alimentos para os consumidores até a incorporação da resiliência na formulação de políticas a nível provincial. E Conselho Executivo Provincial de Manica, é de parecer favorável na implementação do programa.</p>		
--	--	--	--

Anexo 4. Lista das Instituições Contactadas

Ordem	Nome	Instituição	Função	Local de Conexão
ONGS DO SECTOR AGRÁRIO				
1	844167787	FÓRUM TERRA PROVINCIAL	Presidente	Nampula
2	Amade Maleia - 863264208	FÓRUM DE ONG'S DA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA (FONGZA)	Presidente	Quelimane / Zambézia
3	824863360	FÓRUM DE ONG'S DA PROVÍNCIA DA CABO DELGADO	Presidente	Pemba / Cabo Delgado
4	Rui Semente - 87 /842017405	FÓRUM DE ONG'S DA PROVÍNCIA DA SOFALA (FOPROSA)	Presidente	Beira / Sofala
5	Rui Marques - 842306670	FÓRUM DE ONG'S DA PROVÍNCIA DE MANICA (FONGIM)	Presidente	Chimoio / Manica
6	Enriqueta - 877086655	FÓRUM DE ONG'S DA PROVÍNCIA DA GAZA	Presidente	Xai-Xai
7	Muchanga - 848887963 / 867105465	UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES (UNAC)	Coordenador	Maputo
8	Nicholas Dexter	LAND O' LAKES	Representante	Chimoio
9	Frank Phiri - 843319590 / 879221435	AJUDA POPULAR DA NORUEGA (APN)	Representante	Chimoio
10	Melba Mussagy - 842565540	IDE MOZAMBIQUE	Representante	Chimoio

11	Marinela Figueiredo	CARE INTERNATIONAL EM MOÇAMBIQUE	Coordenadora do Escritório em Inhambane	Inhambane
12	Grethel Gianotti - 850317481	SERVIÇO VOLUNTÁRIO INTERNACIONAL (SVI)	Representante	Inhambane
13	Oswaldo Nobela - 84836155	DGRV	Representante	Inhambane
14	David Monjane - 843854327	DGRV	Representante	Inhambane
15	Zacarias Macuácuá - 869712414 / 823926900	SAVE THE CHILDREN INTERNATIONAL	Coordenador do Projecto	Gaza
16	José Uqueio - 848938182 / 824245950	SAVE THE CHILDREN INTERNATIONAL	Coordenador Provincial	Gaza
17	Alejandra Ganzalez - 842886192 / 860775448	ASSOCIAÇÃO MADRE CORAJE	Coordenadora Geral	Gaza
18	Vasco Gonzaga - 844924280 / 847689089	ASSOCIAÇÃO MADRE CORAJE	Coordenadora Provincial	Cabo Delgado
19	Damian López López - 821372481	BOSQUE Y COMUNIDAD	Coordenador do Projecto	Gaza
20	Luís Juma	CIC - BATÁ / DACR	Técnico	Gaza
21	Mercy Chaledzera	VISÃO MUNDIAL	Técnico de contacto	Gaza e Nampula
22		PEACE-PARK FOUNDATION		Gaza
23		CEDES		Gaza
24		GAZA WORKS		Gaza
25	Tiago Coucelo - 844369590	CESAL	Representante em Moçambique	Maputo e Cabo Delgado
26	Sheila Badru	CESAL	Técnica de Relações Públicas	Maputo e Cabo Delgado
27		HELP CODE		Maputo
28	848995395	AUCI	Representante	Maputo
29	Paulo Artur	GVC	Representante em Moçambique	Maputo

30	Benat - 871505763 / 848260540	MUNDUKIDE	Representante em Moçambique	Cabo Delgado e Niassa
31	Patricia - 872767677	CEFA	Representante	Maputo
32	Enma Reyes - 829066396/ 24-218689	WELT HUNGER HILFE	Representante	Maputo
33	Marcos Assane	LUPA	Representante	Maputo
34	David Malidadi - 843984499/ 822671955	CARE FOR LIFE	Representante	Sofala
35	Amade Falume - 847800788	SUNSHINE NUT CO.	Representante	Maputo
36	Gabriele Bertani -849036546 /823105880	CAFOD	Representante	Maputo
37	Carmen Munhequete - 824859070 / 21-488716	OXFAM	Representante	Maputo
38	Francisco Júlio	SNV	Coordenador do Projecto	Niassa
PARCEIROS DE COOPERACAO NO CCSA				
39	Narciso Manhenje	IFAD	M&E Specialist	Maputo
40	Paulo Mole	AGRA	Country Head	Maputo
41	Sérgio Dista	DFID	Assessor - Des. Sector privado	Maputo
42	Edson Marina	JICA	Oficial de Programas	Maputo
43	Cesar Tique	BAD	Oficial Sénior de Agricultura	Maputo
44	Guilia Zingaro	Cooperação Italiana	Oficial de Programas	Maputo
45	Elsa Mapilele	USAID	Oficial Sénior de Agricultura	Maputo
46	Ernesto Sechene	Embaixada da Holanda	Coordenador Agricultura	Maputo
47	Nito Matavel	Embaixada da Suécia	Oficial de Programas	Maputo
48	Cláudia Pereira	FAO	Assistente de Programas	Maputo
49	Shaida Seni	GIZ	Team Leader	Maputo
50	Erasmus Saraiva	Cooperação Austriaca	Gestor de Programas	Maputo
51	Hercília Hamela	SPEED+	Agriculture Portfolio Manager	Maputo
52	Jaime Comiche	UNIDO	Oficial de Programas	Maputo

53	Daniel González Levassor	União Europeia	Coordenador de Programas	Maputo
SECTOR PÚBLICO (PROVINCIAS)				
58	Mariamo José	SPAE	Director de Servicios Provinciais	Maputo
59	Ernesto Mafumo	DPAP	Director Provincial	Maputo
60	Dalilo Abdul Latifo	SPAE	Director de Servicios Provinciais	Gaza
61	Jorge Vidal Fole	DPAP	Director Provincial	Gaza
62	Elvira Penina Xerinda	DPAP	Director Provincial	Inhambane
63	João Francisco Feijão	SPAE	Director de Servicios Provinciais	Inhambane
64	Adérito Mavie	DPAP	Director Provincial	Sofala
65	Diogo Borges	SPAE	Director de Servicios Provinciais	Sofala
66	Ernesto Jaime Lopes	SPAE	Director de Servicios Provinciais	Manica
67	Agostinho Rabate Omar	DPAP	Director Provincial	Manica
68	Ricardo Filemone	DPAP	Director Provincial	Tete
69	Odete Paulo Naftal	SPAE	Director de Servicios Provinciais	Tete
70	Fernando Remane Namucua	SPAE	Director de Servicios Provinciais	Zambézia
71	João Motim Rodrigues	DPAP	Director Provincial	Zambézia
72	Jaime Roberto Quissico	DPAP	Director Provincial	Nampula
73	Ernesto Pacule	SPAE	Director de Servicios Provinciais	Nampula
74	José Varimelo	DPAP	Director Provincial	Niassa
75	Mijoia Caetano	SPAE	Director de Servicios Provinciais	Niassa

Anexo 5. Correspondências dos Participantes

<p>Email da MEDVET:</p> <p>From: Leila Bila <leyabila@gmail.com> Sent: Monday, 06 February 2023 14:58 To: yanik de sossa <yanik_sossa@hotmail.com>; Valdemiro Leonardo Munguambe <vavamunguambe@gmail.com>; Daniel Rivas Maposse DCI <rivasmaposse@yahoo.com.br> Subject: Fwd: Parecer Projecto Resilience & Food Security in Moz</p> <p>----- Forwarded message ----- De: Dalilo Latifo <dlmedvet@gmail.com> Date: ter., 31 de jan. de 2023 às 11:28 Subject: Parecer Projecto Resilience & Food Security in Moz To: <leyabila@gmail.com></p> <p>Bom dia</p> <p>Considere em anexo o nosso parecer sobre o projecto e aceite as nossas sinceras desculpas pela demora na resposta.</p> <p>Saudações</p>	<p>Email do SPAE Niassa:</p> <p>De: jose varimelo <varyvegetal@gmail.com> Date: qui., 26 de jan. de 2023 às 14:27 Subject: Envio de Parecer To: Leila Bila <leyabila@gmail.com> Cc: sonia miquidade <miquidadesoniam@gmail.com>, Adelino Rameque <arameque13@gmail.com></p> <p>Boa tarde, em primeiro endereçamos as nossas sinceras desculpas pelo atraso na pronta resposta, motivado por questões de carácter técnico. Desta forma, vimos enviar o anexo do assunto em epígrafe.</p> <p>Boa tarde.</p>
<p>Email da DPAP:</p> <p>De: Vilinho Abeque Abeque <vilinhoabeque@gmail.com> Date: qui., 2 de fev. de 2023 às 07:35 Subject: Parecer da DPAP Zambézia To: leyabila@gmail.com <leyabila@gmail.com>, Ernesto Eduardo Mafumo <carsolino64@gmail.com> Cc: Fernando Namucua <namucua@gmail.com>, Momade Nemane (momadenemane@gmail.com) <momadenemane@gmail.com></p> <p>Bom dia SRs. A DPAP da Zambézia da o seu contributo sobre o Projeto Proposto. creio que a nossa colaboração e das melhores Obrigado</p> <p>-- Vilinho Abeque -Técnico Superior em Extensão Agrária Direção Provincial de Agricultura e Pescas da Zambézia Chefe do Departamento Provincial de Extensão Agrária e Pesqueira e-mail: vilinhoabeque@gmail.com Contactos Principais +258-846665814 ou +258-876665814 Contactos Alternativos: +258-828159110 ou +258-866665814</p>	<p>Email da GVC we world:</p> <p>To: leyabila@gmail.com <leyabila@gmail.com> Cc: Piero Meda <piero.meda@gvc.weworld.it></p> <p>Prezada Leila Bila.</p> <p>Votos de um bom ano.</p> <p>Em representação da WW-GVC, agradecemos pelo envio da Nota Conceptual e achamos que neste momento, ainda não vemos questões extremamente relevantes por acrescentar. Somente recordar que na modernização dos laboratórios (componente 1), há necessidade os mesmos façam uma análise de resíduos químicos de alimentos, que neste momento achamos que seja uma necessidade a nível nacional.</p> <p>Acreditamos que a Nota Conceptual está bem concebida, e estamos aptos para colaborar nos próximos passos.</p> <p>Infelizmente respondemos tarde, porque o meu email pelo qual foi partilhado o documento, está incorrecto, tendo recebido o mesmo de um outro parceiro.</p> <p>Sem mais no momento.</p> <p>Melhores cumprimentos</p>

Email da Kulima

De: **KULIMA** <kulima@kulima.org>
Date: segunda, 6/02/2023, 15:32
Subject: Análise de colaboração
To: <levabila@gmail.com>

Cara Leila,

realmente o convite foi muito em aceite... mas as saídas do início do ano para as Províncias nos levou a descuidar deste compromisso que era de nosso grande interesse.

Se aparecer outra oportunidade.. ou se houver uma evolução desta colaboração... estaríamos muito abertos em colaborar!

Cumprimentos

Domenico Liuzzi

Director Nacional

Email do ide global:

----- Forwarded message -----
De: **Stefano Gasparini** <sgasparini@ideglobal.org>
Date: seg., 30 de jan. de 2023 às 12:48
Subject: RE: Fw: Projeto de Segurança e Resiliência Alimentar – Pedido de Parecer
To: <levabila@gmail.com>
Cc: Momade Nemane <momadenemane@gmail.com>, Sonia Muteia <soniamuteia@gmail.com>, Sonia Nordez <sonianordez2015@gmail.com>, Valdemiro Leonardo Mungambe <yavamungambe@gmail.com>, yanik de sossa <yanik_souza@hotmail.com>, Luis Nhamucho <luis.nhamucho@outlook.com>, Wanda Veríssimo <wverissimo@ideglobal.org>, Eulália Remane <eremane@ideglobal.org>, Melba Mussagy <mmussagy@ideglobal.org>, Natasha Buchholz <nbuchholz@ideglobal.org>, Horacio Morgado <hmorgado@ideglobal.org>, Juvenio Mataria <mataria@ideglobal.org>, Aboobakar Covela <acovela@ideglobal.org>, Joaquim Milagre Cuna <jcuna@ideglobal.org>, Lina Henao <lhenoa@ideglobal.org>

Boa tarde sra Billa,

Refira-se que o e-mail abaixo foi enviado para uma colega da IDE na passada quinta feira e só hoje o conseguiu reencaminhar para a Direção do IDE, devido as suas tarefas em campo.

De referir também que o sr Amir Ivan Motany já não trabalha com a IDE desde os meados de 2020.

Reiteramos a vontade da IDE em colaborar com a Direção de Cooperação e Mercados, bem como com todas as instituições do Governo de Mocambique, a nível nacional, provincial e distrital.

Email da FAO:

----- Forwarded message -----
De: **Pereira, Claudia (FAOMZ)** <claudia.pereira@fao.org>
Date: qui., 2 de fev. de 2023 às 16:11
Subject: RE: Projecto de Sistemas de Resiliência Alimentar – Pedido de Parecer
To: Leila Billa <levabila@gmail.com>, Jesse Smeets <jsmee@usaid.gov>, L.MAZIVA@afsb.org <L.MAZIVA@afsb.org>, Anabela Manhiça <bellamanchica@gmail.com>, Mole Paulo <PMole@agca.org>, **Herculia Hamela@daa.com** <Herculia.Hamela@daa.com>, **hanna.marks@govuse** <hanna.marks@govuse>, **paulo.junior@govuse** <paulo.junior@govuse>, ROSSI Riccardo (EEAS-MAPUTO) <Riccardo.ROSSI@eeas.europa.eu>, Coelho DaSilva, Hernani (FAOMZ) <Hernani.CoelhoDaSilva@fao.org>, Matsinhe, Jose (FAOMZ) <Jose.Matsinhe@fao.org>, Mutandi, Robson <rmulandi@fad.org>, **myrta.kaulard@one.un.org** <myrta.kaulard@one.un.org>, **ernesto.schene@imip.gov.ao** <ernesto.schene@imip.gov.ao>, Nelson Guizale <nguilke@usaid.gov>, **jesadams@usaid.gov** <jesadams@usaid.gov>, **blumdel@worldbank.org** <blumdel@worldbank.org>, Gianluca <GLIUNOC@unido.org>, Pedro Afonso <pedroafonso@worldbank.org>, Bergette MARQUIET <bergette.marquie@wfp.org>, **daniela.cunha@wfp.org** <daniela.cunha@wfp.org>, **james.lattimer@wfp.org** <james.lattimer@wfp.org>, **maineedson.ms@ica.gov.ig** <maineedson.ms@ica.gov.ig>, Rafael Uliene <Rafael.Uliene@unesp-ppogram.com>, Sariva Erasmio <erasmio.sariva@ada.uzat>, **SLove@dfid.gov.uk** <SLove@dfid.gov.uk>, Franka Braun <fbraun@worldbank.org>, Michel Matera <mmatera@worldbank.org>, **V.Dava@dfid.gov.uk** <V.Dava@dfid.gov.uk>, **nito.matarei@govuse** <nito.matarei@govuse>, **ernesto.schene@imip.gov.ao** <ernesto.schene@imip.gov.ao>, **Carlos.Matos@fco.gov.uz** <Carlos.Matos@fco.gov.uz>, **Herclia Hamela@unesp-ppogram.com** <Herclia.Hamela@unesp-ppogram.com>, Pierre LUCAS <piere.lucas@wfp.org>, Claudio Borges <claudio.borges@fides.gov.uz>, **giulia.zingaro@ext@fco.gov.uz** <giulia.zingaro@ext@fco.gov.uz>, Raymond Bourdeau <rbourdeau@worldbank.org>, **Paula.Chachine@fco.gov.uz** <Paula.Chachine@fco.gov.uz>, Witness Sitole <Witness.Sitole@fco.gov.uz>, **dshibanga@agra.org** <dshibanga@agra.org>, Neuwirth Hubert <hubert.neuwirth@ada.uzat>, **pietro.magnoni@wfp.org** <pietro.magnoni@wfp.org>, **Giulia Zingaro ext @fco.gov.uz** <Giulia.Zingaro.ext@fco.gov.uz>, Feizee Caba <Feizee.Caba@fco.gov.uz>, Giuseppe Fantozzi <gfantozzi@worldbank.org>, Diego Arias Carballo <darias@worldbank.org>, CESAR <C.TOUJE@wfp.org>, MARTA <M.MONJALIC@wfp.org>, ANA CIPRIANO <A.TANDAMFLA@wfp.org>, HAYO <H.MSC@wfp.org>, PIETRO <P.TOLSO@wfp.org>, GONZALEZ LEVASSOR Daniel (EEAS-MAPUTO) <Daniel.gonzalez.levassor@eeas.europa.eu>, Mary Hobbs <m.hobbs@usaid.gov>
Cc: Momade Nemane <momadenemane@gmail.com>, Valdemiro Leonardo Mungambe <yavamungambe@gmail.com>, Cipolla, Dario (FAOMZ) <Dario.Cipolla@fao.org>

Boa tarde estimada Leila,
Obrigada pela partilha. A equipa da FAO fez uma rápida análise do documento e temos os seguintes comentários que esperamos contribuam para enriquecer a proposta:

1. Enquadramento do projeto – sugere-se que o enquadramento do projeto seja feito no âmbito do PEDSA II e PNISA III e não da ESAN III como aparece (a ESAN III foi aprovada pelo governo?); que sejam revistos os dados estatísticos e suas fontes do parágrafo;
2. Componente 1 – sugere-se que ao invés de *Benifícios Públicos para o Segurança Alimentar* seja *Serviços Públicos para o Segurança Alimentar* tendo em conta o conteúdo das subcomponentes;
3. Subcomponente 1.1 – aparece como sendo uma componente para fortalecer a capacidade de desenvolvimento de tecnologias e inovação mas o conjunto de atividades mencionadas na descrição não parece muito relacionado com este tipo de serviços;
4. Subcomponente 1.2 – para uma maior abrangência dos resultados, impacto a cobertura geográfica, sugere-se que a implementação desta componente contemple atividades com o setor privado, NGO, OCBs e os participantes das cadeias de valor; isso irá tornar mais relevante o serviço de extensão;
5. Subcomponente 1.3 – Sugere-se a alteração de denominação para *Serviços de Saúde e Biosegurança* e, nas suas intervenções se inclua o aumento de capacidade de vigilância, deteção e diagnóstico de pragas e doenças, e normação dos produtos de origem agrícola e inclusão de toda a rede de laboratório no processo de acreditação;
6. Subcomponente 2.1 – sugere-se incluir áreas que propiciem o aumento da resiliência climática, dos mercados, ações antecipadas para a redução do risco de desastres e dos seus impactos e ainda o seguro para a agricultura em cadeias de valor selecionadas. Por outro lado, estando previstas intervenções em áreas de proteção social talvez seja importante trazer esta componente também para o enquadramento e descrever um pouco mais o tipo de intervenções a serem consideradas. Nesta subcomponente poder incluir-se o estabelecimento de bancos comunitários de sementes que se têm provado eficazes no aumento da resiliência a nível local;
7. Componente 3 (mercado para a segurança alimentar) – a descrição das intervenções nesta componente parece estar muito vaga e sugere-se que sejam um pouco mais detalhadas para melhor entendimento do seu conteúdo;
8. Componente 4 – fala do PEDSA/PNISAII (vê-se comentário no primeiro parágrafo) passando a mensagem de que as ações estratégicas deste plano serão implementadas como uma das componentes do projeto, o que não parece correcto pois o projecto vai contribuir para esse desenvolvimento estatístico combinado do sector. A referência ao PEDSA/PNISAII deveria ser apenas para a nível de enquadramento do sector.

Email da DPAP

De: **Vilinho Abeque Abeque** <vilinhoabeque@gmail.com>
Date: qui., 2 de fev. de 2023 às 07:35
Subject: Parecer da DPAP Zambézia
To: **levabila@gmail.com** <levabila@gmail.com>, Ernesto Eduardo Mafumo <erastoline6@gmail.com>
Cc: Fernando Namucua <namucua@gmail.com>, Momade Nemane <momadenemane@gmail.com> <momadenemane@gmail.com>

Bom dia Srs. A DPAP da Zambézia dá o seu contributo sobre o Projeto Proposto, creio que a nossa colaboração e das melhores Obrigao

--
Vilinho Abeque –Técnico Superior em Extensão Agrária
Direção Provincial de Agricultura e Pescas da Zambézia
Chefe do Departamento Provincial de Extensão Agrária e Pecuária
e-mail: vilinhoabeque@gmail.com
Contactos Principais +258-846665814 ou +258-876665814
Contactos Alternativos: +258-828159110 ou +258-866665814